



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SETE RAMOS DE COUZA

**EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DA  
PEDAGOGIA CAPITALISTA E A BUSCA POR UMA  
FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

---

LONDRINA

2009

ELIETE RAMOS DE SOUZA

**EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DA  
PEDAGOGIA CAPITALISTA E A BUSCA POR UMA  
FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Dra. Eliane Cleide da  
Silva Czernisz

LONDRINA  
2009

ELIETE RAMOS DE SOUZA

**EDUCAÇÃO BÁSICA: ENTRE AS CONTRADIÇÕES DA  
PEDAGOGIA CAPITALISTA E A BUSCA POR UMA  
FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

---

---

Londrina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, porque dEle por Ele e para Ele são todas as coisas. A memória de meus pais, por tudo que foram e que ainda representam para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela sua fidelidade. Por ter sido o meu abrigo seguro nos momentos difíceis, nos quais, a sua graça me foi suficiente.

A professora Orientadora, Dra. Eliane Cleide por ter disposto seu tempo, conhecimentos e experiência na construção deste trabalho, e por fazê-lo com tanto carinho e atenção. O seu direcionamento me ajudou a superar obstáculos que antes pareciam altos demais.

A minha família pelo apoio. A cumplicidade desses seres tão queridos foi fundamental nesse período, no qual, mais do que nunca, pude contar com a vossa grata companhia.

Aos professores e aos amigos que participaram direta ou indiretamente dessa etapa da minha vida, e assim, contribuíram para que este fosse um momento de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional.

“Com conhecimento, os homens e mulheres livres têm pelo menos alguma chance de exercer sua liberdade. ”

Zigmunt Bauman

SOUZA, Eliete Ramos. **Educação básica**: entre as contradições da pedagogia capitalista e a busca por uma formação para o desenvolvimento humano. 2009. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

Neste trabalho temos como objetivo discutir o papel da educação escolar destinada às classes trabalhadoras em nossa sociedade. Esta preocupação surge com o entendimento de que a Educação Básica como se apresenta na atualidade não estaria dando conta de preparar o cidadão/trabalhador, dando origem aos seguintes questionamentos: Qual o papel da escola pública no contexto atual? Qual o papel da educação básica? A escola prepara para quê? Para realizar essa pesquisa optamos por trabalhar com discussão e pesquisa bibliográfica e com análises de documentos. As investigações revelaram que a Educação Básica desde o seu nascimento até o momento atual na sociedade capitalista tende a reproduzir os interesses das classes dominantes, portanto, contribui para a conformação das classes trabalhadoras ao que está posto socialmente. A alternativa a essa concepção de ensino é a proposta socialista de educação, que vislumbra uma formação que possibilite ao homem desenvolver todas as suas capacidades para intervir no mundo com o propósito de transformação da sociedade. E desse modo, apresenta propostas pedagógicas que estão sendo trabalhadas nessa perspectiva de formação para o desenvolvimento humano e profissional do trabalhador. As conclusões a que chegamos indicam que a formação humana plena apresentada pela proposta socialista não pode ser alcançada na sociedade capitalista. No entanto, é preciso entender que uma formação de qualidade trará benefícios não só para a classe trabalhadora, mas para toda a sociedade, contribuindo para uma melhor qualidade de vida de toda a sociedade.

**Palavras-chave:** Trabalho. Educação. Sociedade. Formação Humana.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROEP	Programa de Reforma da Educação Profissional



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DE 1990.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Neoliberalismo e Educação.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 A Relação Trabalho e Educação .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 2 O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NA PEDAGOGIA     CAPITALISTA E SOCIALISTA.....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO BÁSICA NO     ESTADO DO PARANÁ: PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A     EMANCIPAÇÃO HUMANA.....</b>	<b>45</b>
<b>CONSIDERAÇÃO FINAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## INTRODUÇÃO

É comum ouvir que a educação básica deve preparar o aluno tanto para atuar em sociedade quanto para ingressar no mundo do trabalho, uma relação que envolve o cidadão-trabalhador. Contudo, algumas críticas são feitas à educação básica, no que diz respeito à ineficácia para o preparo dos jovens tanto em relação ao mercado de trabalho, quanto à sua atuação na sociedade.

Se há, por um lado críticas a formação que vem sendo feita, por outro é possível constatar em algumas obras como na de Ferretti, Silva Junior e Oliveira (1999) e a de Kuenzer (1998a) que a educação no atual contexto vem servindo aos interesses capitalistas, atendendo aos objetivos de formar com uma base valorativa voltada ao mercado; cujos princípios se fundamentam também no ideário neoliberal. O entendimento que temos é que a escola deve formar o ser humano, por isso, não deve focar apenas uma das necessidades do indivíduo, que é a formação profissional, pois o desenvolvimento completo do cidadão abrange outros aspectos de sua vida, como: a aquisição dos conhecimentos histórico e cultural que lhe permita compreender e posicionar-se na sociedade. Acreditamos que é só a partir desse entendimento, quando o ser humano consegue entender o processo histórico como criação humana, e a sua posição na sociedade como produto desse processo, é que ele terá capacidade de buscar melhorias para si e para a sociedade.

Deste modo questionamos: Qual o papel da escola pública no contexto atual? Qual o papel da educação básica? A escola prepara para quê?

A importância em realizar essa pesquisa sobre a educação escolar e as relações sociais de produção é de extrema necessidade, pois a cada dia que passa torna-se notória a subordinação da educação aos interesses do mercado; vemos a educação sendo direcionada para um determinado fim, transformando os seres humanos em objetos das relações sociais de produção, quando seu principal caráter deveria ser o de formadora de sujeitos conscientes de quem são como sujeitos históricos, para a partir desta perspectiva formarem trabalhadores.

Estudos como este podem contribuir para a criação de projetos pedagógicos direcionados para a formação na perspectiva do trabalho visando a emancipação do homem, como é o caso dos grupos de trabalho da Anped (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), que sugerem a presença dos

educadores na construção dos programas de educação, que nos últimos anos tem se concentrado nas mãos de economistas e administradores.

Como também é uma forma de nós, estudantes de pedagogia, nos inteirarmos do discurso economicista subjacente ao discurso de formação para o trabalho, a vida, formação de qualidade, educação para a competitividade, entre outros termos que vem sendo utilizados pelos homens de negócios para nomear o adestramento do ser humano para o trabalho no contexto neoliberal.

Assim como é importante para mim, como pessoa, conhecer as práticas sociais das quais eu sou produto; posso compreender muita coisa que antes eram intrigantes, e saber que a investigação de meias verdades pode revelar verdades contraditórias, inverdades, ou apenas confirmá-las.

Por isso neste trabalho de conclusão de curso temos como objetivos:

Geral: problematizar o papel da educação básica a partir de 1990.

Específico: discutir a proposta de formação para a educação básica paranaense.

Optamos por realizar a pesquisa deste trabalho de conclusão de curso através de pesquisa e discussão bibliográfica e de análise de documentos normatizadores da educação, como: 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2) Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná para a Educação Básica; 3) Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional do Paraná.

Os resultados desta pesquisa estão organizados em 03 capítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma discussão da educação escolar a partir de 1990. Nela enfocamos as transformações políticas e econômicas que ocorreram a nível mundial, e das quais resultaram um novo modelo de organização social, o neoliberalismo. E como estas transformações interferiram no papel do Estado como provedor das políticas sociais, transformando-as em mecanismos que contribuísse para sustentação desse novo projeto da classe dominante tornando cada vez mais precária a vida daqueles que vivem do trabalho.

No segundo capítulo analisamos duas propostas de formação destinada às classes trabalhadora, a pedagogia capitalista e a socialista. Nesta análise procuramos destacar o que cada proposta recomenda como elementos necessários a formação do trabalhador, assim como, o modelo de cidadão que se deseja formar. Aquele que a partir dos conhecimentos adquirido é capaz de entender o contexto social e trabalhar para que este seja aprimorado, ou o cidadão adaptado que não consegue fazer uma reflexão crítica da realidade.

No terceiro capítulo, desenvolvido a partir da análise de documentos que organizam a Educação Básica e a Educação Profissional no Estado do Paraná, investigamos os processos de criação/recriação e efetivação das políticas públicas para estas modalidades de ensino. Com base no que estes documentos trazem como proposta de formação para a classe trabalhadora, e apoiados nos conhecimentos obtidos com a análise das teorias pedagógicas realizadas no segundo capítulo, procuramos confrontar a proposta contida nos documentos com a discussão de alguns teóricos.

Os desenvolvimentos deste trabalho bem como as considerações a que chegamos poderão ser vistas a seguir.

## **CAPÍTULO 1**

### **A EDUCAÇÃO ESCOLAR A PARTIR DE 1990**

A educação básica, gratuita e assegurada pelo poder público, se configura como a única porta de acesso para o mundo do conhecimento sistematizado, da cultura, dos direitos e deveres do cidadão e do mundo do trabalho para a maior parcela da população, a classe trabalhadora. Por conseguinte, julgamos de grande importância discutir a formação do trabalhador, assim como, verificar qual é o seu papel em um determinado contexto.

Para tanto neste capítulo, procuraremos analisar a educação escolar a partir de 1990, porquanto, tomaremos como referência as implicações ocorridas na economia mundial a partir da década de 1970, visto que estas mudanças implicaram na formação de um novo cidadão-trabalhador formado pela educação básica. Ressaltamos que a década de 1990, traz os impactos da crise de 1970 no contexto brasileiro, e porque foi a partir dessa data que as políticas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil conforme visto em Anderson (1995).

Portanto, para darmos início a discussão, será necessário fazermos um breve levantamento histórico sobre a educação no contexto da política neoliberal e suas sugestões em relação às políticas públicas, e mais precisamente em relação às políticas educacionais.

#### **1.1 Neoliberalismo e Educação**

Diante da necessidade de problematizar a educação no contexto atual, que entendemos se desenvolve de forma subordinada e determinada pelo sistema de acumulação capitalista; julgamos importante fazer uma discussão sobre os aspectos políticos e econômicos presentes no atual contexto.

Segundo Perry Anderson (1995) o neoliberalismo é uma teoria política desenvolvida com o propósito de combater o Estado intervencionista e preparar terreno para a implantação de um novo tipo de capitalismo, que pudesse desenvolver-se livremente sem a regulação do Estado.

João dos Reis Silva Junior (2002) também escreveu sobre este novo modelo econômico, criado para desmontar o Estado de bem-estar social, e promover a expansão do capital; essa nova ordem econômica, segundo o autor, recebeu o nome de *extended order*, ou ordem estendida do mercado. Em meio a uma nova organização da economia, o Estado que antes se configurava como regulador da economia, provedor do pleno emprego e do crescimento econômico, passa a sofrer intervenções dos organismos financeiros internacionais.

Perry Anderson (1995) relata que o momento de criação da teoria neoliberal, se deu logo após a Segunda Guerra Mundial, e teve Friedrich Hayek como principal idealizador. De acordo com Anderson, Hayek contava com o apoio de vários companheiros, todos dispostos a acabar com o Estado interventor tanto na Europa quanto nos Estados Unidos; para tanto, foi criada a Sociedade de Mont Pèlerin na qual aconteciam reuniões periódicas entre os membros criadores e difusores das políticas liberais.

No entanto, tanto Perry Anderson (1995), quanto Silva Junior (2002) observaram que as idéias de Hayek não foram levadas a sério de início. Foi só a partir de 1973, com a crise do Estado de Bem-estar e a recessão econômica que o neoliberalismo passou a se constituir uma saída para a crise econômica e a reforma do Estado.

Anderson (1995) e Silva Junior (2002) fizeram uma lista das mudanças postuladas por Hayek e que deveriam ser adotadas pelos Estados, a fim de retomarem o crescimento de suas economias. Para atender aos pressupostos das idéias liberais, os Estados deveriam limitar seus gastos com políticas sociais, controlar o dinheiro para atingir uma estabilidade monetária, manter os sindicatos sob controle, pois, de acordo com os idealizadores das políticas neoliberais, o poder sindical era o principal responsável pela crise do Estado do Bem-estar Social.

Conforme pensava Hayek com a implantação dessas medidas, a taxa de desemprego seria restaurada e, com uma parcela da população desempregada não haveria como os sindicatos manterem suas exigências por melhores condições salariais, e nem seria possível cobrar do Estado um maior investimento em políticas sociais para os trabalhadores, visto que, uma grande parcela da população estaria vivendo em condições de miséria e concordariam com qualquer proposta de trabalho, mesmo que os seus direitos estivessem sendo negligenciados. A idéia era criar um grande contingente de desempregados; assim, com os trabalhadores

desprovidos do seu poder de luta seria possível a exploração decorrente dos baixos salários e dos mínimos benefícios oferecidos pelo Estado.

Os idealizadores do neoliberalismo viam o poder do movimento operário como a maior ameaça ao crescimento econômico;

As raízes da crise, afirmava Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10).

De acordo com Perry Anderson (1995), a Inglaterra foi o primeiro país da Europa a implantar o programa neoliberal. A mudança ocorreu em 1979 durante o governo de Thatcher, que colocou em prática, medidas destacadas pelo autor supracitado, como: aumento dos juros, redução dos impostos sobre os altos rendimentos, corte de investimentos em políticas sociais, desemprego, controle sobre os sindicatos e as greves, e, mais tarde deu-se início aos programas de privatizações. Ainda ressalta Anderson, que nos Estados Unidos a implantação das políticas liberais aconteceu em 1980 quando Reagan foi eleito presidente da república. Reagan, assim como Thatcher, pôs em prática as medidas neoliberais, no entanto, o que levou os Estados Unidos a adotar o neoliberalismo foi a competição militar travada com a União Soviética, que fez com que o presidente não implantasse o controle orçamentário e ainda esvaziasse os cofres públicos.

Perry Anderson (1995) relata que a implantação do neoliberalismo na Europa não se deu da mesma forma em todos os países; mas quase todos elegeram partidos de direita e seguiram as orientações da nova ordem econômica. Em países com base católica as reformas foram mais cautelosas, os governos evitaram um enfrentamento direto com os sindicatos e a realização de cortes drásticos nas políticas sociais, deram maior importância à disciplina orçamentária e as reformas fiscais.

Os países europeus que tentaram continuar exercendo a social democracia como foi o caso da França e da Grécia, no início da década de 80, por causa das pressões dos organismos internacionais não tiveram outra opção a não ser seguir as políticas neoliberais.

De acordo com Silva Junior, nesse momento da história:

O capital torna-se o conteúdo principal do político. Por um lado, dado seu expansionismo para outros setores da economia, da sociedade e para outras áreas geográficas em nível planetário; por outro, pelo desenho das novas instituições cuja lógica é dada pela *extended order*. (SILVA JUNIOR, 2002, p. 35).

Anderson afirma que, mesmo antes do final dos anos 80 o neoliberalismo já havia se consolidado como ideologia e passou a fazer parte dos planos de governos que antes se declaravam trabalhistas.

O autor aponta em seus estudos, que na América Latina as políticas neoliberais foram implantadas primeiramente no Chile e na Bolívia. No Chile, durante o governo de Pinochet, tinha como principal objetivo acabar com o movimento operário; já na Bolívia, a intenção era barrar a hiperinflação. Depois, temos alguns exemplos como; México em 88, Argentina em 89 e Peru em 90. Conforme Perry Anderson as políticas neoliberais tiveram melhor aceitação em países governados pela ditadura militar, no entanto, nos países regidos por governos democráticos o neoliberalismo encontrou outra via de acesso; a hiperinflação.

Segundo Anderson (1995, p. 21) foi por esta via que as idéias liberais entraram na Bolívia; o autor ressalta que “Há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação”.

No caso do Brasil, como bem destacou Francisco de Oliveira (1995) os economistas esperavam que uma hiperinflação preparasse o terreno para a implantação das medidas neoliberais, no final dos anos de 1980. No entanto, Oliveira comenta que bem antes, durante a ditadura militar, e durante o governo de José Sarney, em decorrência do mau uso da máquina pública, o país abria espaço para as políticas neoliberais. Como os seus governantes gastavam mal o dinheiro público, o estado de bem-estar não funcionava e o povo esperava mudanças; a burguesia não aprovava as políticas sociais e há muito tempo lutava para que o neoliberalismo chegasse ao Brasil.

Sendo assim, o que fez com que a população brasileira aceitasse as medidas liberais, na visão de Oliveira (1995) está mais relacionado à falta de prestígio do Estado de bem-estar do que a fatores inflacionários ou ao sistema de governo como aconteceu em outros países da América Latina.



As análises de Francisco de Oliveira (1995) apontam que a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1990, era vista pela população brasileira como a oportunidade do Brasil melhorar as políticas públicas e fazer uma melhor distribuição de renda. Como isso não aconteceu a sociedade civil se organizou criando centrais sindicais. Segundo Oliveira o impeachment de Collor e a CPI dos anões<sup>1</sup> resultaram dessa organização social contra a desorganização causada pela chegada do neoliberalismo.

Hoje, entretanto, a situação é gravemente diversa. De novo, a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride. (OLIVEIRA, 1995, p. 26).

Durante o governo de Itamar Franco as altas taxas de inflação fizeram com que a população aceitasse a teoria neoliberal, que chegou dentro do pacote do Plano Real do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Nas observações de Francisco de Oliveira (1995), o autor ressalta que para quebrar a resistência dos movimentos antiliberais no Brasil, a burguesia trabalhou para desqualificar as intenções dos movimentos de esquerda. E, assim como na Inglaterra de Thatcher, o alvo principal era acabar com a esperança do povo, as organizações sindicais e o poder de luta.

De acordo com a discussão realizada até o momento podemos observar que uma das principais estratégias utilizadas pelos governos para facilitar a implantação das políticas neoliberais consiste no enfraquecimento do poder sindical. Desse modo, com a classe trabalhadora destituída do seu poder de luta, sem a possibilidade de se organizar em busca de melhores condições de trabalho, melhores salários e sem poder participar ativamente das decisões políticas, não se comporia mais como um obstáculo à disseminação da ideologia da classe dominante. E a escola, que no decorrer de sua história sempre teve esse caráter, mais uma vez é utilizada pela classe dominante como um mecanismo de dominação.

Essa discussão também foi realizada por Lucia Maria Vanderley Neves e Ronaldo Sant'Anna (2005), na introdução da obra: *A nova Pedagogia da*

---

<sup>1</sup> Também conhecida como CPI dos Anões do Orçamento, esta foi a Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar denúncias a respeito de deputados e senadores, entre 1993 e 1994, que estariam envolvidos no esquema de desvios de verbas públicas para enriquecimento ilícito.

*hegemonia*<sup>2</sup>. Os autores procuram abordar o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil a partir de 1980. O foco das pesquisas está sobre a criação dessa nova pedagogia que, segundo os autores, tenta adequar os valores sociais aos interesses dos organismos financeiros.

Também consideram que as transformações sociais decorrentes do desenvolvimento do sistema capitalista de produção provocaram mudanças nas relações do homem com o trabalho sua organização e valor, e também interferiram na política e no papel do Estado. Nesse contexto o Estado é interventor e regula tanto os setores de produção quanto as políticas sociais.

Segundo Neves e Sant'Anna (2005) essas transformações têm objetivos claros para a burguesia, que é aumentar sua participação política, e a manutenção do poder para manter a relação dominada e dominante.

A partir da contribuição de Gramsci, os autores afirmam que as sociedades capitalistas são formadas por duas forças: as forças materiais e as ideológicas e que uma depende da outra, a atuação do Estado está presente em ambas e, assim, garante à classe dominante poder sobre a classe trabalhadora e constitui a luta de classe como um dos problemas das sociedades capitalistas.

A partir dos estudos das obras do pensador italiano os autores ressaltam que no final do século XIX com a expansão colonial européia, alguns fatores contribuíram para que houvesse uma mudança nas relações de poder, os sujeitos começaram a adquirir consciência política e a sociedade civil passou a se organizar em defesa de seus interesses. Desses movimentos resultaram conquistas significativas para o trabalhador, como: “a jornada de trabalho de oito horas semanais, as férias remuneradas, o sufrágio universal (inclusive o voto feminino) e o direito de livre associação”. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 23)

Contudo, à medida que a classe trabalhadora lutava pela sua emancipação, a classe dominante intensificava sua luta pela hegemonia, e, para tanto se utilizou dos mesmos mecanismos que conferia poder de luta à classe proletária para difusão dos ideais burgueses. Assim, dando continuidade às suas análises, Neves e Sant'Anna (2005, p. 23-24) consideram que:

---

<sup>2</sup> Os autores fazem uma abordagem crítica sobre as intervenções do capital nas práticas sociais; e tomam como referência Antonio Gramsci, que analisou as transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no final do século XX e início do século XXI.

Essa mesma politização da sociedade civil contribuiu para que o consenso, ou adesão espontânea de indivíduos ou grupos aos projetos das classes sociais em disputa na sociedade civil (e também no Estado em sentido estrito<sup>4</sup>), passe a se constituir, ao mesmo tempo, em importante instrumento de dominação da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas, e em poderoso meio de emancipação política das classes dominadas na construção de uma outra hegemonia: a direção intelectual e moral, política e cultural da classe trabalhadora.

Os autores ressaltam que no final do século XX, por consequência das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como: um novo modo de produção impulsionado pelas novas tecnologias, a microeletrônica e a informática, surge a necessidade de um novo trabalhador. Neves e Sant'Anna (2005, p. 32), observam que “Tais mudanças qualitativas nas relações sociais de produção passaram a demandar do Estado novos formatos em seu papel educador”.

Também advertem que nesse momento da História o Estado, “sob a direção das frações financeira e industrial monopolista da burguesia mundial [...] apoiando-se nas formulações de Hayek e Friedman” (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 32) passa de Estado de bem-estar social a Estado neoliberal, e, desse modo, deixa de atender as necessidades da população trabalhadora, para promover a iniciativa privada. Com o apoio da classe dominante, trás para si o comando das classes dominadas; cria-se uma relação entre sociedade civil e Estado que juntos desenvolvem práticas de coerção para manter em funcionamento os projetos da classe dominante e garantir a subordinação dos grupos dominados.

O Estado se encarrega de formar um novo homem, que seja capaz de se autogovernar e viver em sociedade; é esse novo tipo de indivíduo coletivo que irá contribuir para o desenvolvimento dos setores de produção. Nesse contexto, a escola tinha as funções de formar o trabalhador e o patrão; capacitação técnica para produzir mais e capacitação administrativa para os que desempenhariam a função de organizadores das relações de produção. A escola é um instrumento usado para divulgar os ideais da classe dominante e impedir a construção de pedagogia dirigida pela classe dominada.

O Estado educador capitalista desenvolveu a “pedagogia da hegemonia”, em contrapartida a sociedade civil pode criar a pedagogia da contra-hegemonia direcionada às classes dominadas e dirigida por partidos políticos revolucionários. Junto à classe hegemônica estavam instituições como a Igreja Católica, meios de comunicação de massa, sindicatos entre outros, que trabalhavam para que não

houvesse mudanças nas relações sociais, para criar uma harmonia entre as classes, alimentando a idéia de que os interesses da classe dominante correspondiam aos interesses de todos.

De acordo com Neves e Sant'Anna (2005), no Estado de bem-estar social a preocupação dos estados capitalistas em desenvolver políticas que garantem direitos sociais ao trabalhador, assim como o acesso à riqueza e a diminuição das desigualdades era uma forma de impedir que as classes trabalhadoras aderissem aos movimentos socialistas. No entanto, foi por intermédio da luta da classe trabalhadora por direitos políticos e sociais que os trabalhadores tiveram seus direitos sociais ampliados e garantidos pelo Estado e, segundo os autores, essa ampliação dos direitos também é apropriado como mais uma forma de manter a dinâmica social existente e de aumentar a produtividade.

Para os autores, no Estado de bem-estar social, uma das metas da pedagogia da hegemonia era impedir que as organizações sindicais pudessem ter uma participação política efetiva, de forma que desestruturar essas organizações e colocá-las sob as ordens do Estado era uma prioridade. Com o enfraquecimento dos sindicatos e a criação de uma nova consciência política por meio de novas organizações de caráter privado, a política social da classe dominante continua forte e passou a ser aceita por grande parte da população mundial como a única política possível.

Essa aceitação impede que a classe trabalhadora questione a exploração e a dominação. Portanto, concordamos com Lúcia Maria Wanderley Neves e Ronaldo Sant'Anna (2005) quando dizem que o Estado de bem-estar social se apresentou como uma etapa preparatória para a implantação das políticas neoliberais, e os benefícios oferecidos pelo Estado às camadas populares davam a impressão de que os trabalhadores estavam sendo atendidos nas suas reivindicações, quando na verdade, eles estavam sendo preparados para aceitar de forma resignada as mudanças que ocorreriam com a chegada do neoliberalismo.

Segundo os autores, nessa nova configuração social o Estado passa de criador de políticas sociais para provedor de políticas compensatórias como a filantropia; dessa forma, camufla as desigualdades sociais e impede o surgimento de manifestações, uma vez que:

Os excluídos desse projeto, contingente mais direta e negativamente afetado pelo neoliberalismo, constituiriam um nítido potencial de protesto e insubmissão ao *status quo*, podendo, pois representar a tentativa de estabelecimento de uma contra-hegemonia. (NEVES; SANT'ANNA, 2005, p. 33)

Nas análises dos autores, no Estado neoliberal brasileiro a pedagogia da hegemonia tem trabalhado para manter as organizações trabalhistas divididas em pequenos grupos com pouca consciência política e econômica. Como também, pretende fazer com que os ideais e idéias da classe dominante sejam perseguidos pelas classes dominadas, procura ainda, fazer com que pessoas com consciência política ligadas aos movimentos da contra-hegemonia percam seu espaço de luta. Uma das estratégias utilizada pela pedagogia da hegemonia consiste em levantar bandeiras de proteção a pequenos grupos de pessoas que sofrem algum tipo de preconceito. Com essa atitude tiram de foco os problemas sociais criados pelo sistema capitalista.

No que se refere ao papel da educação, o que podemos observar é que tanto no Estado de Bem-estar Social quanto no Estado Neoliberal as políticas sociais sofreram a influência da classe dominante e, com pouca diferença de um contexto para o outro, a educação para a classe trabalhadora foi pensada de forma que os interesses dominantes fossem contemplados. Como a pretensão de quem está no comando é fazer com que os comandados contribuam para a manutenção da organização vigente, ou como neste caso, da passagem do Estado de Bem-estar para o Estado Neoliberal, aceitar as mudanças como positivas. O pensamento hegemônico teve como função, desarticular a classe trabalhadora, impedir a formação de uma consciência de classe e, assim, destruir qualquer tentativa de organização dos trabalhadores.

Depois que a burguesia conseguiu deixar sem voz a classe trabalhadora, ficou mais fácil fazer com que seu discurso seja tomado com favorável a todas as classes sociais. Por isso em alguns países, como é o caso do Brasil, as políticas neoliberais foram implantadas com mais facilidades. O Neoliberalismo tem como uma de suas características o individualismo, portanto, no Estado Neoliberal não existe mais a preocupação e o investimento em políticas para melhoria da sociedade. Na verdade o que está colocado neste contexto político é a busca individual, cada um buscando seus próprios interesses sem a preocupação de uma

luta comum. E a educação segue o mesmo caminho, formar o trabalhador competitivo e flexível as mudanças do mercado de trabalho.

Esse direcionamento dado a educação do trabalhador no Estado Neoliberal também é objeto de investigação na obra de Acácia Zeneida Kuenzer (1998b), que com base em estudos sobre o tema, observa que as mudanças ocorridas na área da educação estão diretamente relacionadas com as transformações dos setores produtivos. E afirma:

As novas bases materiais que caracterizam a produção (reestruturação produtiva), a economia (globalização) e a política (neoliberal) trazem profundas implicações para a educação neste final de século, uma vez que cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas gesta um projeto pedagógico que corresponde às suas demandas de formação de intelectuais, tanto dirigentes quanto trabalhadores. (KUENZER, 1998b. p. 105)

Kuenzer alega que a política neoliberal determinou um novo modo de produção, originada pela incorporação da ciência e de novas tecnologias no setor produtivo em consequência de um novo modelo de produção. Pressionado pelas mudanças de paradigmas nos processos produtivos o Estado neoliberal precisa formar um trabalhador que apresente “[...] novos conhecimentos e novas atitudes no exercício de suas múltiplas funções, como ser social, político e produtivo” (KUENZER, 1998b. p. 109).

Segundo a autora, no discurso neoliberal a educação tradicional é incapaz de formar esse novo trabalhador por trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, de tal modo, que para atender as necessidades dos setores produtivos são criados e ou adotados novos princípios educativos tendo como base as demandas sociais e produtivas.

E as novas bases materiais de produção, por sua vez, vão gestando suas novas formas pedagógicas no nível das relações sociais mais amplas que vão educando o trabalhador e o cidadão. Vai nascendo um novo princípio educativo, não da cabeça dos educadores, mais da prática social e produtiva com suas novas determinações (KUENZER, 1998b. p. 109).

Conforme a discussão da autora a educação no contexto de reestruturação das forças produtivas e do Estado neoliberal deve preparar um trabalhador que seja capaz de se adaptar as transformações sociais. Esse trabalhador, além de dominar os conteúdos, deve ser capaz de buscar mais conhecimentos, saber utilizá-los em sua realidade e também ser capaz de produzi-los.

Esse novo princípio educativo também pretende que os métodos educacionais apresentem um renovado processo de ensino-aprendizagem que supere o modelo tradicional e para tanto é necessário que esses métodos:

[...] articulem o mundo da escola ao mundo do trabalho, a teoria a prática, a reflexão à ação, e não apenas como repetição de formas de fazer, mais como forma de produzir concepções transformadoras da realidade [...] os procedimentos anteriores de avaliação, que objetivavam a verificação da apropriação de conteúdos fragmentados e separados, precisam ser substituídos por procedimentos que verifiquem a capacidade de resolver situações problemas, construindo soluções, a partir da identificação e da organização de informações (KUENZER, 1998b, p. 109).

Contudo, de acordo com a autora, mesmo diante da necessidade de um novo tipo de formação para um novo trabalhador, a formação que predomina ainda é a tradicional, requerendo para a formação do novo tipo de cidadão-trabalhador mudanças na educação escolar.

Orientado a partir das transformações pelas quais passaram os processos produtivos, este novo princípio educativo deve dar conta de formar o trabalhador para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania. Desse modo, pretende superar o ensino com base na fragmentação dos conteúdos característico do taylorismo/fordismo, para formar um trabalhador que:

Domine os conteúdos básicos da ciência contemporânea que fundamentam os novos processos sociais e produtivos. Exige que tenha novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e o trabalho, uma nova ética de responsabilidade, de crítica e de criação, voltada para a preservação da vida, do ambiente, e para a construção da solidariedade, como condições necessárias para a criação de uma sociedade mais humana e mais igualitária que supere a exclusão; (KUENZER, 1998b. p. 111)

O que para a autora é contraditório, pois, para que esse novo princípio educativo seja posto em prática torna-se necessário que haja a universalização da educação básica à maioria da população. Segundo a autora:

Esta não é uma determinação do mundo da produção, o qual por seu caráter excludente é cada vez mais seletivo em relação ao emprego; é também, e principalmente, uma determinação da necessidade de formação de uma nova humanidade, capaz de enfrentar com melhores condições de compreensão e crítica a realidade da crescente exclusão e pobreza que caracteriza esta etapa de desenvolvimento (KUENZER, 1998b. p. 111).

No nosso entendimento, o discurso neoliberal de formação para o exercício da cidadania e para a superação da exclusão não condiz com a realidade social que a cada dia se torna mais desigual e competitiva.

Compreendemos que tanto a educação quanto o trabalho são essenciais para a vida do trabalhador e podem juntamente contribuir para o seu desenvolvimento e para a satisfação de suas necessidades. O que pode tornar essa relação trabalho-educação nociva à classe trabalhadora, consiste nos objetivos que se pretende alcançar. Portanto, faz-se necessário atentarmos para os discursos dirigidos à educação e principalmente devemos saber quem é seu interlocutor, a quem está representando e a quem favorece.

Acreditamos que quando o Estado deixa de trabalhar em favor da sociedade e passa a atender aos interesses de apenas uma das classes, característica apresentada pelo Estado nas sociedades capitalistas, cuja principal função tem sido contribuir para a concretização das políticas neoliberais e sustentação da ideologia dominante, não podemos esperar que o papel da educação para a classe trabalhadora seja o de promover uma formação crítica, muito menos, que haja a intenção de formação para a transformação social.

E é nesse espaço deixado pelo estado que surge a possibilidade de criação da pedagogia da contra-hegemonia e a busca por uma formação de qualidade para a classe trabalhadora que lhes dê possibilidade de conhecer as contradições existentes na sociedade, assim como, trabalhar com a possibilidade de enfrentamento e superação.

## **1.2 A relação Trabalho e Educação**

Nesse tópico traremos à discussão alguns autores que nos possibilitam entender de que forma as transformações do mundo do trabalho vêm se constituindo caminho para a organização da educação, de modo que a educação escolar contribua para a manutenção da sociedade. Discutiremos o modelo de educação vinculada ao mundo do trabalho, mas, que por ser pensado pela classe dominante busca formar o cidadão adaptado e não aquele que conseguirá fazer a crítica da sociedade excludente como sugere Kuenzer (1998b).



Os textos contidos no livro *Trabalho, formação e currículo*, organizado por Ferretti, Silva Junior e Oliveira (1999) procuram abordar, de forma crítica, as dificuldades que vêm permeando o campo educacional em consequência das transformações que ocorrem nos campos socioeconômicos, culturais, políticos e, mais precisamente, nos setores de produção e como essas mudanças afetam diretamente a vida dos educadores e da classe trabalhadora. Vimos na seção anterior que a nova sociedade precisa de um novo tipo de cidadão e as novas formas de produção de um trabalhador que atenda à demanda do mercado de trabalho por mão de obra que corresponda aos novos modos de produzir e de conviver.

De início, tais aspectos não se constituem em problema; a preocupação surge quando pesquisadores da área da educação percebem que o interesse pela formação do trabalhador está impregnado pelo ideário liberal burguês cuja preocupação em relação à educação para as classes trabalhadoras consiste unicamente, em transformar a escola num espaço de treinamento para o trabalho sem a preocupação com a formação humana.

Miguel Arroyo (1999, p. 15) ao tratar do tema, enfatiza as relações sociais estabelecidas no ambiente escolar e o seu papel na formação do trabalhador, alertando para a necessidade dessas relações serem analisadas.

Segundo ele a escola, como existe hoje, foi organizada para adequar o indivíduo ao espaço do trabalho, o espaço físico, o controle do tempo e a disciplina servem para mostrar aos pequenos o comportamento esperado pela sociedade do trabalho.

Foram feitas inúmeras análises por parte de historiadores e sociólogos, nas últimas décadas, relacionadas ao tema; Enguita (1993 apud ARROYO, 1999, p. 15) conclui que há um isomorfismo entre escola e fábrica, pois as duas exercem sobre o indivíduo uma força de coerção, criando uma relação de submissão à exploração e à dominação, uma vez que o homem não nasce pronto para aceitar esse tipo de relação social é na escola que ele é preparado para aceitar de forma menos violenta essas imposições. Continuando na análise da obra de Enguita (apud ARROYO, 1999, p. 15) comenta que no passado, foram usados métodos mais severos para incorporar “[...] os indígenas, os negros, os pobres e os vagabundos ao trabalho”; temos como exemplo o sistema escravista. O autor ressalta que agora os mecanismos que levam as pessoas a se submeterem às regras do mercado são

mais suaves, podemos citar como exemplo o trabalho assalariado que é visto como inevitável para a maioria da população, o que faz com que a criança internalize essa idéia de que futuramente serão trabalhadores.

Nesse processo de internalização de idéias a escola tem um papel fundamental, já que a sua criação se deu justamente pela necessidade de haver uma instituição que ensinasse aos indivíduos, de maneira sistematizada, as principais relações sociais de produção existente na sociedade, assim como os papéis sociais que lhes cabem.

As análises do autor pretendem mostrar que não importa o tipo de mudança realizada na área da educação, introdução de novos métodos pedagógicos, mudanças no espaço físico; as relações sociais continuam as mesmas, moldar as crianças para o sistema. Assim sendo, Miguel Arroyo ao analisar a influência das transformações ocorridas no mundo do trabalho sobre a organização escolar define qual é a função da escola para a classe trabalhadora.

A educação é pensada sempre como decorrência do perfil do novo trabalhador fabril, das metamorfoses do mundo do trabalho, da empregabilidade, da crise econômica, etc. o enfoque permanece da produção para a escola como se continuasse indiscutível a crença em uma relação linear entre o mundo do trabalho, suas mudanças mais recentes e o mundo da escola e suas tímidas adaptações. (ARROYO, 1999, p. 18).

O que nos levou a questionar o papel da escola, na educação básica principalmente, é justamente esta tendência que se apresenta para a formação escolar no contexto político e econômico vigente. A escola transformada em agência submissa aos interesses do mercado, incapaz de prover o desenvolvimento humano completo e que por isso, contribui para o crescimento, disseminação e aceitação da ideologia dominante, e não mede esforços para fazer com que a escola se transforme num negócio lucrativo e, sobretudo, colabore com esse modelo econômico sustentado pela exploração da mão de obra.

Vitor Henrique Paro (1999), no estudo intitulado *Parem de preparar para o trabalho!!!: Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica* também tece críticas a interferência do setor empresarial na gestão escolar. Para o autor, quando se aplica no setor educativo os mesmos métodos de administração desenvolvidos para gerenciar empresas, fica evidente que a intenção é inculcar nos educandos a ideologia dominante; liberal capitalista.

Entendemos que este não pode ser o papel da educação, uma vez que esta deveria se apresentar às classes trabalhadoras como uma agência promotora da liberdade humana, por meio do conhecimento. No entanto, ao tornar-se portadora dos interesses e valores da classe dominante, a escola faz com que a classe trabalhadora seja prejudicada por receber uma formação que além de ignorar as contradições desta sociedade, também não leva em conta as necessidades do trabalhador.

Paro (1999) também nos alerta para o ideal de liberdade pregado pelo liberalismo, segundo ele uma falsa liberdade regida pelo mercado e que manipula todos os segmentos da sociedade, inclusive a educação, impedindo que as pessoas decidam o que querem fazer criando assim sua própria liberdade de acordo com suas necessidades.

Essa liberdade pregada pelo Estado liberal está relacionada a não interferência do poder político nas decisões tomadas pelo poder econômico, ou seja, no neoliberalismo o Estado se afasta de suas funções para deixar espaço para as políticas econômicas. E assim, as garantias que o trabalhador possuía deixam de existir sob o pretexto da conquista da liberdade de escolha.

Como pode alguém ser livre se, caso ele não queira submeter-se às leis do mercado, baseados na acumulação de bens através da exploração e da mais-valia, ele será destituído de seus direitos. Então, ser livre em nossa sociedade implica em aceitar as medidas que favorecem o avanço do capital ainda que o resultado desse avanço seja o aumento das desigualdades sociais.

É possível concluir, portanto, que este conceito de liberdade faz parte do conjunto de idéias que compõem o movimento das classes dominantes para manter o controle econômico e ideológico frente às classes dominadas. E o Estado, nesse contexto, apresenta-se como uma agência promotora de políticas sociais a contribuir para a internalização e consolidação das idéias e valores propagados pela classe hegemônica.

Assim, conforme averiguado por Cury (2000), com a expansão do sistema capitalista e a partir da nova configuração do poder político, o Estado;

Redefinido como pressuposto geral da produção, tenta criar e manter as condições de acumulação. Por outro lado, o próprio processo de acumulação e concentração gera uma série de tensões, que desafiadoramente impõe ao Estado a função de manter um certo equilíbrio e uma forma de harmonia social que satisfaçam certos interesses das

classes dominadas, desde que se mantenham nos limite permitidos pelas classes dominantes (CURY, 2000, p. 54)

Nesse esforço conjunto da sociedade civil e do Estado para manter o controle sobre as classes subalternas, a educação como política social recebe a incumbência de promover essa manutenção através da naturalização das idéias dominantes, ao passo que veicula a visão de mundo sob o ponto de vista dominante. “assim a educação, escolar ou não, nutre-se de uma ambivalência: o veículo possível de desocultação da desigualdade real se torna também veículo de dominação de classe”. (CURY, 2000, p. 58)

Logo, no capitalismo contemporâneo, os direitos que entendemos como indissociáveis a condição de homem livre em nossa sociedade; direito a moradia, segurança, saúde, educação, trabalho, entre outros, além de se apresentarem à classe trabalhadora de forma reduzida e por vezes nem são acessíveis, são usados como mecanismos de controle e dominação. Ou seja, o trabalhador “livre” precisa deixar-se explorar se quiser ter acesso ao mínimo que está disponível para ele.

É difícil pensar numa liberdade que não nos deixa alternativas, ou que nos oferece uma lista bem reduzida delas. Podemos pensar na possibilidade de acesso da maioria da população em todos os espaços sociais? Espaços de lazer e cultura, incluindo a educação, são restritos a determinadas pessoas que devem possuir maior liberdade.

Se existem dúvidas em torno do conceito de liberdade, é porque na há um consenso em relação a este conceito. Logo, cabe à nossa pesquisa descobrir em que consiste esta falta de concordância, uma vez que discutimos aqui a possibilidade de uma educação que promova a emancipação humana.

Saímos do Estado de Bem-estar no qual havia políticas sociais que garantiam o acesso do trabalhador a estes espaços, ainda que estas garantias fossem ofertadas com o propósito de fazer com que os trabalhadores ficassem menos reivindicativos, para entrarmos no Estado neoliberal, afastado de suas obrigações com a sociedade, e promotor do discurso que diz que o homem é livre para escolher. Mas como se deu a conquista dessa liberdade?

Zygmunt Bauman pode nos ajudar a entender melhor essa concepção de liberdade característica do liberalismo. Na obra “*Em busca da Política*” o autor coloca que essa liberdade está ancorada nas necessidades individuais e não no coletivo, não é regulada por leis políticas, mas pelas escolhas individuais, orientadas pelo

mercado que tem à sua disposição dois instrumentos para controlar a liberdades das pessoas.

Um é definido pela *agenda de opções*: o conjunto de alternativas efetivamente disponíveis. Toda opção implica escolher uma coisa dentre outras e raramente o conjunto de coisas a escolher depende daquele que escolhe. Outro conjunto de restrições é definido pelo *código de escolha*: as regras que indicam com base em que se deve preferir uma coisa a outra e quando a escolha é adequada ou não. (BAUMAN, 2000, p. 78-79).

O que podemos destacar em relação ao conceito de liberdade pregada no liberalismo é que esta se distancia da concepção de liberdade humana, entendida pelo autor como a possibilidade dos seres humanos se utilizarem da razão antes de tomar qualquer atitude, seja em relação aos outros, a sociedade, a natureza e no que diz respeito ao seu modo de agir.

Nessa concepção de liberdade, típica do Estado liberal, não há possibilidade de agir com consciência, por se tratar de uma falsa liberdade regida pelas leis do mercado que busca tirar do indivíduo sua capacidade de “fazer coisas e refazê-las para melhor se adequarem à existência humana” (BAUMAN, 2000, p. 76). E o homem pode fazer estas adequações através do trabalho, transformar tudo à sua volta de acordo com as suas necessidades. Na sociedade capitalista o trabalho já não aparece com este significado, uma vez que os homens não trabalham mais para a satisfação de suas necessidades. Mas para garantir a acumulação de lucros dos donos dos meios de produção.

É o autor Victor Henrique Paro (1999), que traz a reflexão acerca da natureza do trabalho no capitalismo ao relatar que o trabalho que antes servia para explicar a sociedade e a História da humanidade, na sociedade capitalista, passou a ser a única preocupação do ser humano, não se constitui mais como mediação da vida e sim como um fim. Vive-se para o trabalho e a ele nos subordinamos para viver. Nesse contexto, a educação escolar tem como finalidade principal a formação para o trabalho. Logo que começamos a estudar, já a nossa atenção é voltada totalmente para este foco, mas será só este o papel da escola, enquadrar, adestrar, adaptar?

Não, entendemos que o papel primordial da educação escolar deve ser o de permitir aos educandos a aquisição de valores sociais por meio da herança cultural e da História produzida ao longo dos séculos, como também, por meio da cidadania garantir que os indivíduos apropriem-se dessa herança para viver bem.

No entanto, o que acontece é que a escola deixou de ser tudo isso para ser fornecedora de mão de obra para o mercado de trabalho, rendeu-se à ideologia capitalista, pois não forma mais indivíduos críticos e reflexivos capazes de romper com essa alienação ao trabalho e capazes de posicionar-se politicamente. É o que podemos concluir se levarmos em conta o nível de criticidade e capacidade de contestação dos alunos do ensino médio. A escola formadora de mão de obra anda na contramão do que seria uma escola voltada para formação humana, visto que a primeira não dá suporte para o desenvolvimento humano do indivíduo, ao passo que a segunda visa uma formação que vai além do que o mercado de trabalho precisa.

É de nosso conhecimento que a escola foi projetada a partir das necessidades e interesses da classe dominante e nessa organização não foram levados em conta os interesses da classe trabalhadora, porquanto a burguesia pensa numa educação para o trabalhador que o prepare para servir ao capital, que o faça pensar em conformidade com a ideologia dominante. Desse modo, o trabalhador não se posicionará como um obstáculo ao desenvolvimento do capital, nem desenvolverá uma capacidade crítica que o leve a questionar a exploração sofrida em decorrência do modo de produção capitalista. Sendo assim, podemos afirmar que do ponto de vista dos interesses da classe burguesa, a pedagogia capitalista está funcionando bem e a educação escolar nesses moldes tem cumprido o seu papel, ou função social; é determinante para a sustentação da sociedade capitalista.

Talvez não esteja claro o que deve ser feito, mas, o que nós educadores não podemos fazer é compactuar com a idéia de que a educação escolar é apenas um meio de preparar o indivíduo para um bom emprego, ou simplesmente para o emprego, nem que a relação existente hoje entre a educação e os meios de produção é a melhor forma de organização ou a única.

Nem tampouco, fechar os olhos para a realidade e permitir que o conhecimento continue a ser usado contra as pessoas que não terão outra forma de defesa senão a que o conhecimento pode dar. E que poder de luta e ou tentativa de superação das desigualdades sociais pode haver numa sociedade na qual a maior parcela da população não tem acesso ao legado cultural e histórico que lhes é de direito? Não conhecemos a nossa História e por isso aceitamos qualquer tipo de explicação, dada pela classe dominante com o intento de justificar as desigualdades

sociais, os preconceitos raciais e a marginalização, que em grande parte se dá pela falta de conscientização do indivíduo em relação aos seus direitos.

A partir dessas comprovações sobre a orientação que vem sendo dada a educação para as classes populares nas sociedades capitalistas, no próximo capítulo, procuraremos confrontar o ideal de formação da pedagogia capitalista de formação para o trabalho com a proposta de formação do trabalhador que busca o desenvolvimento humano completo. Objetivo da pedagogia socialista que apresenta o trabalho como princípio educativo.

## CAPÍTULO 2

### O TRABALHO E A EDUCAÇÃO NA PEDAGOGIA CAPITALISTA E SOCIALISTA.

O problema discutido nesse trabalho, a educação voltada para atender aos interesses do capital, não se originou na sociedade neoliberal. Portanto, para chegarmos a sua origem precisaremos voltar um pouco na História para vermos o nascimento da escola pública e universal e qual era a formação pensada pelos seus idealizadores.

Tomando por base as análises de Cury (2000) em relação ao papel da educação escolar para as classes trabalhadoras nas sociedades capitalistas, podemos afirmar que a criação da escola para as classes dominadas se deu a partir da necessidade de formação do trabalhador para atuar em um novo contexto social e histórico instituído pelo novo modo de produção que trazia uma nova concepção de mundo e novas formas de pensar, agir e produzir.

Deste modo, o autor avalia que:

Na sociedade capitalista, a educação se impõe como manifestação-produção mediante as relações de classe. As contradições existentes nas relações de classes se fazem presentes na Educação, dada sua presença imanente na totalidade histórica e social. (CURY, 2000, p. 53)

Esta relação da Educação com o processo de transformação do modo de produção e, conseqüentemente, com os interesses das classes dominantes, detentora do controle econômico e ideológico, também foi feita por Ester Buffa (1996) no trabalho intitulado: *Educação e Cidadania Burguesa*.

A autora faz uma retrospectiva que nos leva ao fim da Idade Média quando o modo de produção artesanal dá lugar à manufatura que, por sua vez prepara o terreno para a grande indústria, de acordo com a autora é só com o início do modelo de produção capitalista, começado pela manufatura, que o homem é chamado de trabalhador.

Ester Buffa (1996) diz que com o nascimento do trabalhador para a indústria capitalista, nasce também a necessidade de mudanças na forma em que a política estava organizada. Os grandes pensadores do século XVI, tais como, Locke, Bacon,



Descartes, Comenius começam a ver, nessa nova sociedade, a necessidade de uma nova educação.

Em suas análises, Buffa (1996) relata que nesse momento da História o discurso burguês de igualdade entre os homens, preconizado por Locke (1632-1704), serviu de base para a organização escolar pública e para todos. Assim, havia a garantia desse direito, “pelo fato de todos serem homens, um mínimo comum de escolarização padronizada e pública com base no experimentalismo científico” (BUFFA, 1996, p. 20) que dava direito aos filhos dos trabalhadores e também as mulheres de frequentarem a escola.

Apesar disso, ressalta que na organização dessa escola que iria ensinar tudo a todos foi preservado as diferenças sociais. Conseqüentemente, a educação era comum a todos, mas só uma pequena parte da população tinha acesso a todos os níveis de ensino, a classe trabalhadora frequentava apenas as duas primeiras fases.

As escolas inferiores, a materna e a primária, exercitam a juventude de ambos os sexos; a escola de latim deve educar sobretudo, de modo perfeito, os adolescentes que aspiram as coisas mais altas que os trabalhos manuais; e as Academias devem formar os doutores e futuros condutores dos outros para que nem às escolas nem às administrações públicas, faltem dirigentes competentes. (COMENIUS apud BUFFA, 1996, p. 20)

A partir de suas análises sobre o tema educação e cidadania, a autora verifica que a educação deve formar o cidadão. Logo, há dois tipos de cidadania dentro das sociedades capitalistas, o cidadão dono dos meios de produção, detentor de todos os direitos e o cidadão trabalhador com o mínimo de direitos que o Estado podia oferecer para esta parcela da população. Desse modo, a educação foi organizada para atender a essa sociedade e aos seus dois tipos de cidadãos. Em Buffa (1996, p. 27) temos, a esse respeito, a seguinte confirmação; “[...] haverá, então, a proposta de uma educação para os proprietários, os cidadãos, e uma outra educação para os não-proprietários, para o cidadão de segunda categoria”.

Essa concepção de educação pensada, como afirma a autora, para disciplinar o trabalhador para o trabalho e preparar os filhos dos proprietários para os cargos de direção foi preconizada pela classe burguesa no início do capitalismo para atender as exigências das novas formas de produção. É possível constatar que não havia, nesse momento, a intenção de educar para transformação social, para a conscientização da classe trabalhadora. Sabemos que, embora existam inúmeras

críticas a esse modelo de educação, ele ainda não foi superado e, na sociedade neoliberal é possível observar a mesma proposta educacional que reduz o trabalhador a um nível inferior de cidadania.

Todavia, alguns estudiosos apostam na possibilidade de rompimento com essa proposta de ensino, a fim de que, a classe trabalhadora receba uma formação escolar que possibilite ao trabalhador um desenvolvimento de suas possibilidades plurais, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto no que diz respeito ao desenvolvimento da compreensão sobre cultura, política, artes, produção, entre outros.

A esse respeito, podemos ver estudos sobre a importância de se colocar o trabalho como princípio educativo que não se configuram como discussões recentes, tampouco, se apresentam como interesse apenas das classes dominantes. É o que podemos perceber nas análises de Mario Alighiero Manacorda (1991) sobre as obras de grandes pensadores do século XIX. Fixaremos nossa atenção aos estudos de Marx sobre a educação para a classe trabalhadora.

Na obra intitulada *Marx e a Pedagogia Moderna*, Mario Alighiero Manacorda (1991) destaca propostas que se repetem em vários documentos escritos por Marx, de uma união do trabalho ao ensino, de uma educação que prepare o homem também para o mundo do trabalho. Marx (apud MANACORDA, 1991), chama nossa atenção para o fato de que essa temática se encontra presente nos discursos dos empresários, na pedagogia capitalista. Todavia, faz-se necessário encontrarmos os elementos que as tornam tão distantes uma da outra em relação ao tipo de homem que desejam formar.

Na sociedade capitalista educar o homem para o trabalho primeiro consistia em formar especialistas, a formação profissional era direcionada a um determinado ramo da produção. Manacorda (1991), trazendo as considerações de Marx sobre esta concepção de formação ressalta que a pedagogia capitalista contribuía para um desenvolvimento unilateral do ser humano transformando o trabalhador numa pessoa sem consciência de sua totalidade. Assim, em suas observações feitas nos *Manuscritos*, *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã* afirma que:

O trabalhador se apresenta física e mentalmente rebaixado a uma máquina, tornado pela divisão do trabalho cada vez mais unilateral e dependente [...] no proletariado é feita abstração de toda humanidade, até da aparência de humanidade [...] na medida em que as circunstâncias nas quais um indivíduo vive apenas lhe permitem desenvolver uma qualidade à custa das

demais, o indivíduo não vai além de um desenvolvimento unilateral, mutilado. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 69-70.)

Seguindo o pensamento de Marx nas análises do autor, é possível constatar que este homem unilateral formado pela pedagogia capitalista é fruto da divisão do trabalho que determinou o fim da produção artesanal, na qual cada indivíduo era instruído para dominar todo o conjunto de conhecimento necessário ao processo produtivo, para dar início ao novo modo de produção, ou seja, o da fábrica, que separa ciência e trabalho e forma cada indivíduo para executar uma determinada tarefa. Segundo Manacorda, em *Os Manuscritos* Marx retrata este trabalhador que teve a sua capacidade de produção dividida, como sendo menos importante que a máquina, consequência desse desenvolvimento limitado e unilateral.

De acordo com Manacorda, Marx entendia que quando o trabalho, apreendido por ele como “atividade humana” e “manifestação da vida”, se apresenta ao homem dividido e alienado acarreta sérias consequências a formação humana. Sendo assim,

[...] todo homem subsumido pela divisão do trabalho aparece unilateral e incompleto. Essa divisão se torna real quando se apresenta como divisão entre o trabalho manual e o trabalho mental, porque aí “se dá a possibilidade, ou melhor, a realidade de que a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo se apliquem a indivíduos distintos. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 46.)

No entanto, como já é de nosso conhecimento que a necessidade de uma nova pedagogia com um novo tipo de formação, assim como a exigência por um novo trabalhador são reivindicações dos setores produtivos, houve um momento em que a sociedade capitalista precisou modificar sua pedagogia. Este momento está relacionado ao surgimento de novas tecnologias e formas de produção incorporadas ao mundo do trabalho. Manacorda (1991) relata que a necessidade de formação do novo trabalhador foi gerada quando se percebeu que a forma de produção desenvolvida nas fábricas, fundamentada na divisão do trabalho, teria se tornado um atraso para o desenvolvimento econômico.

A partir dessa constatação, é criado o ensino tecnológico com a união da escola ao ensino profissional, baseado na proposta desenvolvida por Marx de formação do homem onilateral<sup>3</sup>.

Contudo, não há motivos para comemorações, pois, como o próprio Marx fez questão de ressaltar, a concepção de ensino profissional nessa nova fase do capitalismo teve o seguinte direcionamento: “Sempre se partiu daquilo que a burguesia entende por ensino técnico e, conseqüentemente, sempre se deu uma interpretação errada”. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 94). Ou seja, a burguesia lançou mão de uma proposta pedagógica que tinha como intenção a formação integral do indivíduo e a sujeitou aos seus interesses e, ao invés de formar o homem onilateral, forma o profissional multilateral que, na concepção de Marx, não é de todo ruim, pois dá ao trabalhador maior possibilidade de ingressar no mundo do trabalho, possibilidade que não era proporcionada na divisão do trabalho por prender o operário a apenas uma atividade específica.

Porém, a crítica a essa versão burguesa de educação politécnica, consiste na forma limitada que o ensino profissional recebeu quando interpretado pelos capitalistas, pois o que eles fizeram com a implantação dessa nova pedagogia, tendência que se apresenta também em nossos dias, foi: “[...] reduzir o politecnismo, ou melhor, o ensino tecnológico teórico e prático, a uma mera questão de disponibilidade, de pluriprofissionalidade”. (MANACORDA, 1991, p. 94).

A formação pluriprofissional ou multilateral apenas permite a capacitação do indivíduo em relação ao trabalho; prepara uma grande quantidade de profissionais com variadas chances de se tornarem empregáveis de acordo com as necessidades do mercado e fica bem distante do ideal de ensino profissional para a formação do homem onilateral, completo.

Frente a esta interpretação de educação profissional, criou-se uma separação entre ciência e trabalho que, segundo Manacorda, faz parte dos estudos de Marx em *O Capital*.

Assim Marx constatou que:

---

<sup>3</sup> Este mesmo termo pode ser encontrado em outras obras com uma escrita diferente. Atores como Gramsci, e Saviani referem-se ao homem onilateral; em Manacorda aparece como onilateral. Em pesquisa realizada no dicionário etimológico encontramos *oni* e *omni* dividindo a mesma origem e significado. Originário do latim significa “tudo”, “todo”.

A indústria capitalista separa a ciência do trabalho, que nela a ciência se configura como entidade em si e que não é mais parte integrante do trabalho desenvolvido pelo operário, mas que também ela é uma força alienada, um poder exterior a ele, que o domina e que, por isso, contribui para sua desumanização. (MARX apud MANACORDA, 1991, p. 108).

Portanto, continuamos com o problema que tem dado origem a essa investigação: Qual o papel da escola pública no contexto atual? Qual o papel da educação básica? A escola prepara para quê? Uma vez que a educação formulada a partir das necessidades do setor produtivo é a causa principal da alienação e desumanização do trabalhador frente à sociedade, pois lhe é tirada a possibilidade de formação integral que, de acordo com Marx, só pode ser conseguida com a união entre o ensino dos conhecimentos científicos com o ensino dos conhecimentos práticos.

Entretanto, temos em Marx como já foi relatada anteriormente, a construção de uma pedagogia cuja especificação, consiste na formação do homem unilateral. Em Manacorda, (1991, p. 82) este homem é caracterizado como: “[...] o homem que rompe os limites que o fecham numa experiência limitada e cria formas de domínio da natureza, que se recusa a ser relojoeiro, barbeiro, ourives e se lança a atividades mais elevadas”.

Para que possamos compreender o que Marx definiu como formação completa, a partir da qual os indivíduos possam desenvolver-se de maneira completa tanto sua capacidade produtiva quanto intelectual, tendo por objetivo a satisfação de suas necessidades e a participação efetiva nas várias instâncias da sociedade, é preciso entender o conceito de onilateralidade em Marx, para que não seja confundido com o que foi desenvolvido, a partir de uma interpretação equivocada ou oportunista, pela pedagogia capitalista.

A partir das análises feitas por Mario Alighiero Manacorda sobre o que Marx definiu como sendo a onilateralidade, temos a seguinte colocação:

A onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.(MARX apud MANACORDA, 1991, p. 81).

Sendo assim, aqui se configura como principal objetivo do ensino, o desenvolvimento da onilateralidade em seu sentido inicial. Também muda a

distribuição dos conteúdos e a visão que se tem do trabalho como algo negativo que tira do homem toda sua humanidade e possibilidade de vida plena.

Nessa perspectiva, o trabalho aparece como atividade necessária ao homem “[...] sem a qual a própria vida não subsistiria”. (MANACORDA, 1991, p. 47).

Sabendo que a formação adequada para o trabalhador, em Marx, propõe a união entre ensino prático e teórico, através da qual o trabalhador obterá conhecimento sobre as formas e os instrumentos utilizados na produção e sobre os conhecimentos relacionados ao desenvolvimento científico e cultural. Desse modo, na seleção de conteúdos que irão compor essa forma de ensino deve ficar de fora os conteúdos que não trazem nenhuma contribuição para a formação do trabalhador. De acordo com Manacorda (1991, p.103), “[...] tudo aquilo que não é imediatamente útil, instrumental, operativo, isto é, a abertura àquele mundo das letras, das artes, da história, do pensamento”

De acordo com as investigações de Manacorda sobre quais conteúdos deveriam fazer parte do ensino nessa concepção de educação pode-se destacar que Marx, apesar de considerar a formação intelectual como prioridade na educação do homem onilateral, recomendava o ensino de conteúdos que não permitissem várias interpretações, como é o caso da economia, política e da religião, uma vez que o ensino destas matérias poderia levar a disseminação de ideologias, que contribuiria para a alienação e desumanização do trabalhador.

Ao acreditar que o conhecimento não pode ser trabalhado como algo que se compõe sem uma interdependência com a história do homem; “Marx postula a exigência de uma história natural que seja também história humana, de uma ciência natural que seja também uma ciência do homem, pois não deverá existir mais do que uma única ciência”. (MANACORDA, 1991, p. 47). Isso porque ele verificou que o ensino das ciências naturais nas escolas capitalistas era ensinado como algo estranho ao mundo do trabalho, e conseqüentemente, a vida do trabalhador.

A discussão sobre a necessidade de formação integral do ser humano, o homem onilateral, nos leva a uma nova discussão, a criação da escola para a classe trabalhadora, este será o nosso próximo passo, na tentativa de nos aproximarmos um pouco mais da proposta de educação para a formação humana.

Com base no que já foi visto nas discussões anteriores, podemos afirmar que desde o nascimento da escola pública em meados do século XVI, apesar do discurso de igualdade entre os homens, a escola foi organizada de maneira que não

permitia transformações na organização da sociedade. Foi criada a escola do patrão e a escola do trabalhador. Todavia, por intermédio das organizações sindicais na Europa, e a luta dos trabalhadores por aumento dos salários e melhores condições de trabalho garantiu à classe operária alguns benefícios, não o suficiente para livrá-los da exploração. Mas o bastante para chamar a atenção tanto da burguesia, classe dominante na sociedade capitalista, quanto dos partidos de esquerda empenhados na luta pela implantação do socialismo.

Grandes pensadores, como é o caso de Marx e Engels, acreditavam na possibilidade de transformação da sociedade do capital caracterizada pelas desigualdades sociais e a exploração do trabalhador, em uma sociedade mais justa e igualitária com a implantação do socialismo.

Essa é uma idéia que não agradava a burguesia que, conforme vimos em Neves (2005), não se contentam em ser apenas classe dominante, quer ser também classe hegemônica. Além de deter o poder econômico, pretende exercer o poder político e ideológico sobre a classe trabalhadora. Para tanto, se apodera dos veículos de disseminação da cultura e do conhecimento histórico para usá-lo em seu próprio benefício. Essas intervenções podem ser observadas ao longo da história da luta do proletariado pela sua emancipação.

Em relação à educação do trabalhador, é possível identificar a intervenção da burguesia desde a criação da escola pública. Em Buffa (1996), vemos uma escola para o trabalhador e outra para o patrão. Na obra de Manacorda (1991), a proposta de educação para a formação do homem onilateral, quando interpretada sob a ótica burguesa, se transforma em formação multilateral. Aqui, mais uma vez, nos deparamos com o mesmo problema.

A proposta de criação da escola unitária, que pretende reunir no mesmo espaço formação intelectual e formação para o trabalho, pode ser analisada sob duas perspectivas; a liberal, pensada pela burguesia e a socialista defendida por pensadores como Marx e Engels (apud MACHADO, 1991). De acordo com a autora, estes pensadores viam nesse tipo de educação a possibilidade de transformação social, transformações passíveis de se tornarem concretas, à medida que a classe trabalhadora adquirisse, por meio da educação escolar, um elevado grau de conscientização que lhes permitisse sair da condição de alienação que se encontrara em relação à classe burguesa. O que podemos observar no texto da autora Lucília Regina de Souza Machado (1991) é que, nesse momento que

compreende a última metade do século XIX, o movimento operário na Europa havia conquistado alguns direitos sociais, junto ao Estado burguês.

Nesse contexto de reivindicações surge a proposta de criação da escola unitária no modelo liberal. Contudo, conforme observação da autora, não se pretendia formar nessas escolas o cidadão que promoveria a transformação da sociedade. Em Machado (1991, p. 91-92) é possível observar que a escola unitária burguesa tinha por finalidade preparar o filho do trabalhador para atuar naquela sociedade, porquanto “[...] além de exercer uma forma de controle social, procurava fornecer certos rudimentos de qualificação”.

Também é possível identificar uma grande distância entre as duas propostas para a criação da escola única, a começar pelos seus pressupostos teóricos. Enquanto a proposta liberal ignora as contradições do estado capitalista e as diferenças de oportunidades criadas por este sistema econômico e, firmada numa ideia fantasiosa de sociedade estabelece a igualdade de direitos e coloca no indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. A proposta socialista elaborada por Marx e Engels volta seu olhar para a realidade. De acordo com Machado, esta proposta leva em conta a construção histórica, por isso, sua teoria fundamenta-se em estudos sobre o desenvolvimento do setor econômico classificado por Marx como o “motor” da sociedade capitalista.

De acordo com as exposições da autora, podemos tomar a proposta burguesa de unificação escolar como insuficiente para promover as transformações esperadas pela classe trabalhadora, já que se fundamenta na possibilidade do fim das diferenças sociais. A esse respeito, Machado faz a seguinte consideração:

Este objetivo, no entanto, seria inalcançável, segundo a teoria marxista, no âmbito da sociedade burguesa por entrar em conflito com o estado econômico vigente, caracterizado por profundas contradições entre as classes sociais, que teriam interesses e objetivos diametralmente opostos. (MACHADO, 1991, p. 93-94).

A proposta de criação da escola única para a classe operária desenvolvida pela classe dominante, segundo a autora, era mais uma forma encontrada pela burguesia de manter-se no comando. Por isso, a importância da proposta marxista. Esta, por sua vez, tinha por objetivo a transformação da sociedade.

Segundo Machado (1991) a proposta de unificação escolar desenvolvida por Marx e Engels, tem por finalidade a capacitação da classe trabalhadora para



promover essa transformação. Uma das especificidades da escola unitária diz respeito aos conteúdos e a forma como devem ser trabalhados.

No ensino politécnico, os conteúdos ensinados devem ser significativos para o trabalhador, à medida que contribuem para promover o seu desenvolvimento intelectual e o aproxima da realidade por meio do trabalho. Na concepção da autora, (MACHADO, 1991, p. 128) “[...] o ensino politécnico além de contribuir para o desenvolvimento das condições objetivas, atua de modo concreto na formação do indivíduo”. Também é pressuposto da escola unitária, na proposta socialista, acabar com a divisão do trabalho, porque essa divisão, segundo seus idealizadores, impede ao trabalhador desenvolver-se por completo e o prende a um número limitado de funções.

Na obra de Lucília Regina de Souza Machado encontramos o seguinte esclarecimento sobre qual princípio educativo seria trabalhado na escola concebida por Marx e Engels, cuja finalidade da educação estaria voltada para a formação integral do indivíduo e nessa escola, as crianças e os jovens teriam acesso ao ensino que compreenderia:

As atividades de trabalho como integrantes de um único processo, com articulação entre teoria e prática [...] através do qual seriam transmitidos os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, além de uma iniciação no manejo das ferramentas elementares das diversas profissões. (MACHADO, 1991, p. 88-89).

De acordo com Machado a proposta socialista, ao contrário da liberal, entendia que a construção de uma sociedade igualitária deveria partir do reconhecimento das desigualdades de direitos provocadas pela sociedade capitalista, defendia também que os ideais de luta para a modificação do contexto social devem ser baseados nas condições históricas e nas necessidades da classe trabalhadora. Machado afirma que Marx colocava a proposta de unificação escolar como um direito do trabalhador que deveria ser cobrado junto ao Estado. Ele constatou, a partir de seus estudos, a inviabilidade de todos terem acesso ao mesmo tipo de ensino na sociedade capitalista. Por isso, a necessidade de criação de uma escola que “Sendo específica à classe trabalhadora fosse, ao mesmo tempo, a que mais contribuiria para o processo de transformação da sociedade, ou seja, escola técnica teórica e prática adjunta a escola primária”. (MACHADO, 1991, p. 99).

A escola unitária idealizada por Marx e Engels, segundo Machado, está fundamentada em muitos estudos e pesquisas sobre o contexto histórico, a sociedade e as relações sociais desenvolvidas. Esse conhecimento da realidade fez com que Marx não acreditasse que as transformações fossem acontecer de maneira milagrosa. Contudo lutou para que cada reivindicação feita pela classe trabalhadora fosse um passo a frente em busca do fim que se buscava, o pleno desenvolvimento do ser humano para promover a transformação da sociedade.

As análises da autora sobre o pensamento marxista revelam que a intenção de formular uma educação para o trabalhador tendo como princípio os modos de produção não tem por objetivo mantê-lo alienado ao trabalho, mas, dar ao homem, por meio de uma educação apropriada as suas condições de vida, a possibilidade de romper as barreiras impostas pela divisão do trabalho.

De acordo com a autora, a educação unitária idealizada por Marx deveria reunir no mesmo local formação intelectual, combinada com educação física e com o ensino teórico e prático relacionado a todo processo de produção. Esse tipo de formação traria benefícios tanto para o trabalhador quanto para a sociedade, pois, “[...] contribuiria para fortalecer o próprio trabalhador, desenvolvendo suas energias físicas e mentais, abrindo-lhe os horizontes da imaginação e habilitando-o a assumir o comando da transformação social” (MACHADO, 1991, p. 126-127).

As transformações projetadas por Marx e Engels, segundo Machado, não devem dar-se apenas com o surgimento de uma nova forma de organização social. Na concepção dos idealizadores da escola unitária para a formação do trabalhador consciente que promoveriam estas mudanças, elas precisam acontecer na sociedade capitalista por meio de reivindicações junto ao Estado; “[...] tendo em vista, fundamentalmente, a sua situação de classe e os seus objetivos imediatos e de longo prazo”. (MACHADO, 1991, p. 123-124).

Nessa proposta de educação para a formação humana, entendida como o desenvolvimento completo do trabalhador, o que se busca não são benefícios para pequenos grupos como é o caso das políticas compensatórias, cujo objetivo é conformar as parcelas mais necessitadas da classe trabalhadora. Esses movimentos não contribuem para a emancipação humana. Por isso, o que se sugere, é uma luta conjunta pela criação e aplicação de políticas sociais para uma educação de qualidade que prepare realmente para o mundo do trabalho.

Com base no que vimos, podemos destacar algumas diferenças existentes entre as duas propostas de formação para a classe trabalhadora. Essas distinções retratam o tipo de cidadão/trabalhador que cada proposta pretende formar. A partir dessa constatação julgamos interessante a utilização de um quadro comparativo, no qual apresentaremos estas diferenças, com o objetivo de evidenciá-las.

Características principais	PROPOSTA LIBERAL	PROPOSTA SOCIALISTA
Ideologia	Manter a relação: burguesia, classe dominante, e proletariado, classe dominada.	Promover a emancipação da classe trabalhadora.
Contribuição para sociedade	Nesta proposta os valores sociais são adequados aos interesses do mercado.	Foco nas necessidades do ser humano e no desenvolvimento de suas capacidades plurais.
Papel da escola	Formação do homem multilateral; cabe à escola preparar o indivíduo no maior número de atividades para que esse possa atender as solicitações do mercado de trabalho. Tornar-se empregável.	Formação do homem onilateral, através da união entre ensino teórico e prático que levaria o trabalhador a conhecer o processo de produção e permitiria o seu desenvolvimento físico e intelectual.
Fundamentação teórica	A educação do trabalhador é organizada a partir dos interesses da classe burguesa, e tem sua fundamentação na igualdade de direitos. Tem em vista a perpetuação desse modelo de sociedade.	Desenvolvida a partir do conhecimento histórico, reconhece as desigualdades sociais nas sociedades capitalistas e a possibilidade de transformação social a partir de uma educação, que sendo pensada para a classe trabalhadora e por segmentos ligados a ela possa acabar com a alienação por meio da conscientização.
Concepção de ensino	A fragmentação dos conteúdos impede que o trabalhador relacione o conhecimento científico ao seu trabalho e a sua própria vida.	Os conteúdos devem promover uma aproximação do trabalhador com o mundo do trabalho, assim como, deve capacitá-lo a compreender melhor o mundo do qual é parte integrante e a interferir de forma consciente nas várias instâncias da sociedade.
Papel do Estado	É ofertada pelo Estado.	Deve ser entendida como um direito do trabalhador e cobrada junto ao Estado.

**Quadro 1** - As diferenças apresentadas entre as propostas de educação para o trabalhador

Conforme apresentado, consideramos que na elaboração de cada uma das propostas educacionais acima citadas, cada elemento que a compõe foi pensado e é, ou será utilizado na busca por um modelo de trabalhador. Nesse caso, temos a

proposta liberal e a busca pelo modelo de formação que preparasse o trabalhador para servir ao capital. Em contrapartida, temos a proposta socialista, cuja visão mais abrangente de educação permite que o trabalhador desenvolva outras capacidades, além das que são necessárias ao desenvolvimento das atividades produtivas.

O que podemos constatar é que, na maioria das vezes, ao nos depararmos com dados que retrata esta realidade inerente a educação escolar básica na sociedade capitalista, se não tivermos o conhecimento que nos leva a pensar a escola no conjunto das relações sociais de produção, somos levados a pensar que o problema se encontra no interior da escola, na sua organização física ou na má formação dos professores. Essa forma de pensar poderia ter alguma consistência se a educação escolar realmente figurasse como um meio através do qual a classe trabalhadora pudesse alcançar objetivos mais amplos. Mas, de acordo com o que vimos em Buffa (1996), a escola pública já nasceu com uma finalidade; formar a mão de obra necessária para atender a demanda capitalista. E, o mercado de trabalho capitalista tende cada vez mais para o processo de precarização do trabalho, deixando de fora grandes parcelas da população, por isso a necessidade de uma formação que possibilite ao indivíduo um entendimento da sociedade.

Em relação a essa formação geral do trabalhador, de acordo com o que vimos, a efetivação da proposta socialista de educação depende do fim da sociedade capitalista. Que faremos então? Vamos sentar e esperar que aconteça? Não vai acontecer se nenhum esforço for realizado nesse sentido, pois uma das principais características da educação na perspectiva liberal é a perpetuação das relações sociais existentes. Lembremos portanto do conselho dado por Marx e Engels (apud MACHADO, 1991), de que mesmo sem a superação do capitalismo é possível pensar a educação na perspectiva da formação plena do cidadão/trabalhador.

É o que veremos no próximo capítulo com a análise dos documentos sobre os quais se baseiam a educação básica e profissional no Estado do Paraná. E com base na proposta de formação contidas nos documentos, Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná e Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná, aprofundaremos a discussão sobre a proposta de formação plena para o trabalhador.

### **CAPÍTULO 3**

## **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARANÁ: PROJETOS DE EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA.**

A luta pela criação de uma proposta de educação ligada aos interesses das classes trabalhadoras é um exemplo claro de que a História não acontece de forma linear e nem obedece a uma ordem evolutiva que vai de um estágio menor, menos desenvolvido, a um mais complexo ou completo. Ao analisar o documento Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná nos deparamos com alguns dos movimentos visíveis na construção histórica e, assim, pode haver momentos de avanços, retrocessos ou simplesmente de estagnação.

Apesar das dificuldades encontradas para a implantação da escola para a formação do trabalhador, que não direcione essa formação apenas para as necessidades do capital, podemos perceber que alguns passos estão sendo dados nessa direção. Tomaremos como exemplo o processo de implantação da educação profissional no Paraná.

A partir da análise do documento que a fundamenta e, depois de compará-la com a proposta de escola unitária formulada por Marx e Engels, que tivemos a oportunidade de conhecer na obra da autora Lucília Regina de Souza Machado, constatamos que seus objetivos são parecidos<sup>4</sup> com os da proposta socialista, uma vez que busca o desenvolvimento da produção social, que só será possível se houver, respectivamente, o desenvolvimento das capacidades do trabalhador, no que se refere aos seus conhecimentos sobre as novas formas de produção.

Com a classe trabalhadora sem a devida formação para atuar nos novos processos produtivos, acabaria por comprometer o desenvolvimento científico e tecnológico comprometendo também a produção. Assemelham-se ainda à proposta socialista quando busca o pleno desenvolvimento dos homens para atuarem na sociedade, a partir da aquisição e compreensão dos seus costumes e valores e do entendimento destes como construção humana.

---

<sup>4</sup> E não poderiam ser idênticos visto que se trata de organizações sociais que apresentam concepções opostas de formação para as classes populares. Por isso a importância de se ressaltar o trabalho que tem sido realizado no Estado do Paraná cuja intenção é tentar fazer com que a Educação Básica contribua para a formação do cidadão/trabalhador tendo como base a perspectiva socialista de educação e o trabalho como princípio educativo.

O ensino politécnico reúne educação geral e para o trabalho e possibilita ao trabalhador uma formação na qual não haverá divisão entre conhecimentos para a realização de trabalhos manuais e trabalhos intelectuais. Desse modo, a classe trabalhadora receberá uma formação que lhe permitirá desenvolver as mais variadas atividades produtivas e capacidade para interferir na sociedade de forma objetiva, através do trabalho e subjetiva, expressando sua opinião, criatividade e interesses.

A diferença entre as propostas consiste no interesse que cada uma tem em promover a transformação da sociedade capitalista. Em Marx e Engels (apud MACHADO, 1991), a transformação social figura como um dos objetivos da proposta de educação para o trabalho. Podemos dizer que este é o objetivo sob o qual a proposta está alicerçada. Na proposta socialista o desenvolvimento da classe trabalhadora está diretamente relacionado à transformação da sociedade capitalista. Os teóricos dessa proposta entendiam que as transformações só ocorreriam quando o proletariado assumisse cargos de comando e para isso precisaria de uma educação que os possibilitasse realizar qualquer tipo de tarefa, inclusive, assumir o comando.

No documento em questão, este objetivo não aparece como um alvo a ser alcançado, no entanto, já apresenta avanços significativos para o desenvolvimento humano se comparada a propostas que não aborda os conhecimentos ligados ao trabalho como necessários a formação do trabalhador.

Ainda existe outro ponto que a diferencia da proposta socialista de educação politécnica, na qual a construção da proposta pedagógica ficaria a cargo da classe trabalhadora que sairia em defesa dos seus interesses. Para a proposta que está sendo analisada, foi convocado representante de vários setores da sociedade; professores, pesquisadores da temática Educação e Trabalho, representantes do setor empresarial, dos trabalhadores, do poder público entre outros. Na construção da proposta de educação profissional no Paraná, essa articulação se fez necessária devido à forma que a educação profissional se encontrava organizada, em decorrência da configuração que lhe foi dada a partir da segunda metade da década de 90.

Conforme o documento:

A partir da segunda metade dos anos 90, com o advento da lei 9394/96, foi estabelecida uma nova configuração para a educação profissional, a partir do Decreto nº 2.208/97 e da Portaria do MEC nº 646/97 e, ainda, com o

apoio do Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP – Portaria MEC nº 1005/97- o que teve significativa repercussão nos sistemas federal e estadual de ensino. (PARANÁ, 2005, p. 5.)

E esta organização realizada a partir do encaminhamento dado pelos documentos citados, previa o ensino profissional separado da Educação Básica. Portanto, podemos afirmar que a iniciativa de promover uma reforma educacional, com a intenção de separar o ensino técnico-profissional da educação básica foi do próprio MEC. Para que a proposta passasse a vigorar foram utilizados os instrumentos legais acima mencionados. O decreto nº 2.208/97 teve papel de destaque na organização, pois regulamentava a educação profissional que deveria acontecer separada da Educação Básica. Neste decreto estavam posto os objetivos, a forma como seria distribuído o ensino profissional e sua relação com a educação básica e ainda “[...] regulamentou o § 2º do Art. 36, da LDB que trata da educação profissional em nível médio”. (PARANÁ, 2005, p. 6)

A partir da análise do documento Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná é possível verificar que o processo de fechamento dos cursos de formação profissional em nível médio entre 1995 e 2003, assim como, a retomada da proposta a partir do ano de 2003, se deu com base no que estava proposto pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB - para a formação profissional.

Os artigos 35 e 36 da LDB trazem, obedecendo a esta ordem, orientações para estas duas modalidades de ensino, Médio e da Educação Profissional em Nível Médio. E formula que essa etapa final da Educação Básica tem como finalidade, permitir que os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental sejam aprofundados de forma que dê ao aluno a possibilidade de continuar estudando. Também deve oferecer preparação para o trabalho através do ensino dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos, preparação para o exercício da cidadania e para uma aproximação do aluno com a realidade social por meio dos conteúdos (art. 35).

O artigo 36 da LDB até o ano de 2008<sup>5</sup> destacava, no parágrafo 1º inciso I, 2º (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008), e parágrafo 4º ((Revogado pela Lei nº

---

<sup>5</sup> Com as alterações realizadas por meio da Lei nº 11.741, de 2008, que a partir desta data passou a normatizar a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional e Tecnológica, os parágrafos que foram anulados no artigo 36 da Seção IV da LDB, passaram a fazer parte da Seção IV-A, (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).



11.741, de 2008), alguns pressupostos para a formação profissional em nível médio. Assim, sobre esta formação o artigo indica que ela garanta o seguinte preparo para os alunos:

- domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.
- a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Desse modo, entendemos que a Lei 9394/96 possibilita que a Educação Básica seja trabalhada tanto na perspectiva capitalista, ao permitir que a formação profissional seja realizada em instituições de ensino direcionadas pela lógica do mercado. Como também, dá espaço para que sejam adotadas outras visões de educação profissional, como é o caso da proposta socialista que defende a formação profissional adjunta a formação básica.

Na História da Educação Profissional do Estado do Paraná é possível verificar que essa possibilidade de escolha que a lei permite trouxe experiências não muito proveitosas para a sociedade. Conforme destaca o documento Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná, entre 1995 e 2003 o entendimento que foi dado ao ensino profissional no Estado acarretou mudanças negativas para a organização escolar pública e prejuízo para formação dos alunos.

Com as mudanças implantadas, a educação profissional passou a ser ofertada como qualificação profissional desvinculada da educação básica e em estabelecimentos de ensino privado. Essa organização fez com que se multiplicasse a oferta de cursos técnicos em espaços privados e financiados com recursos públicos. Ainda que estes não tenham sido os objetivos propostos pelo MEC, a reforma contribuiu para a fragmentação e enfraquecimento da rede pública de ensino, fomentou a oferta de ensino profissional em instituições privadas que passou a substituir o ensino médio e acenava como alternativa ao ensino superior.

No estado do Paraná, essas mudanças implicaram na desativação da maioria dos cursos de educação profissional em nível médio no ano de 1997. Nasce daí a necessidade de reformulação da proposta de educação profissional no estado. Para tanto, foram realizados encontros nos quais foram discutidos “[...] os principais

aspectos legais, técnicos, administrativos e pedagógicos referentes a formação profissional no Estado do Paraná”. (PARANÁ, 2005, p. 9.)

No documento analisado, Fundamentos Políticos e Pedagógicos da Educação Profissional no Paraná, o período que vai de 1995 a 2003 é destacado como um momento de retrocesso na história da educação básica, uma vez que as reformas políticas para a implantação do ensino profissional, entendido como uma formação separada da educação básica, e direcionado para o mercado de trabalho, tornou precária a educação do trabalhador.

Foi em meio a essa desregulamentação na estrutura da educação básica que se iniciou o processo de retomada da proposta de educação profissional, vinculada ao ensino regular, no estado do Paraná. Essa proposta integra o plano de governo e o projeto de educação na gestão 2003/2006 e tem como base os princípios da gestão democrática. Assim, para a formulação da proposta em questão foi considerado “A educação como direito do cidadão, a universalização do ensino, a escola pública, gratuita e de qualidade, o combate ao analfabetismo, o apoio a diversidade cultural, a organização coletiva do trabalho escolar”. (PARANÁ, 2005, p. 33)

O mesmo documento ainda formula que a educação profissional, passou a ser entendida e esse entendimento se deu de acordo com o que estava proposto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, como uma formação articulada à educação básica e com o objetivo de formar os alunos para o exercício da cidadania plena para garantir-lhes “[...] à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida” (PARANÁ, 2005, p. 12).

Ao apoiar-se nas propostas para a organização da educação profissional formuladas pela LDB, o documento pretende que essa modalidade de ensino seja ofertada e organizada pelo poder público, pois, tem como objetivo totalizar a formação básica. Desse modo, quando a educação profissional é entendida como parte integrante da educação básica, cabe ao poder público encarregar-se de sua organização e financiamento.

Conforme proposto pelo documento, tomar o trabalho como princípio educativo não significa, apenas, qualificar mão de obra e sim, estender a formação do trabalhador para níveis mais amplos e levá-lo ao entendimento das organizações sociais, políticas e ideológicas que sempre se orientam a partir de fatores

econômicos; “[...] o que implica na escola elaborar sua proposta pedagógica a partir das demandas sociais existentes” (PARANÁ, 2005, p. 14).

A defesa dessa proposta para a formação profissional, entendida como formação humana e que deve acontecer ao longo da vida do trabalhador tende a invalidar a formação profissional que se dava em nível pós-médio e eram destinadas as classes trabalhadoras, tendo em vista a sua posição social e a inviabilidade de ocuparem cargos de direção, enquanto que a formação superior e aquisição de conhecimentos científicos sobre o trabalho se destinam às classes dirigentes.

De acordo com o documento analisado a educação profissional desvinculada dos conhecimentos científicos sobre o trabalho é tão antidemocrática quanto o ensino médio, como formação propedêutica, que trabalha com conteúdos teóricos sem estabelecer ligação com o saber prático.

A proposta de educação profissional no Paraná entende que a partir do conhecimento das relações sociais de produção e das implicações destas para a classe trabalhadora, cria-se a possibilidade de busca por alternativas que visem à formação humana do trabalhador, ao passo que o capacita para atuar nas várias instâncias da sociedade, desenvolver tanto trabalhos práticos quanto intelectuais. Assim, uma das atribuições da proposta de educação do trabalhador, baseada na lógica da politecnicidade, seria a de empenhar-se para promover “[...] se não a superação da dualidade estrutural, o que demandaria a superação do capitalismo, pelo menos o seu enfrentamento, considerados os limites e possibilidades da escola”. (PARANÁ, 2005, p. 16).

É fato que a escola foi criada para formar aqueles que seriam os futuros dirigentes, a escola humanista de formação geral, mas, para acompanhar as mudanças ocorridas nos setores produtivos, torna-se necessário dar ao trabalhador uma formação que lhe permita desenvolver novas atividades. Então o filho do trabalhador passa a frequentar a escola não mais para ter o mesmo nível de conhecimento que era destinado à classe governante.

Em Kuenzer (1997), podemos ver que a dualidade estrutural acompanha toda a história da educação escolar no início do século XX. A formação geral com acesso ao ensino superior era reservada aos filhos dos patrões que escolheriam uma profissão depois de passar por todas as etapas do ensino secundário e, assim, teriam uma formação profissional a nível superior. Para os filhos dos trabalhadores a

formação geral era mais curta e estes já ingressavam em um curso profissionalizante.

De acordo com a autora essa divisão entre formação para o desenvolvimento de funções de comando na sociedade e formação para o exercício de trabalhos manuais não é uma característica da escola. Trata-se, portanto de uma das características da sociedade capitalista devido sua organização se dá com base na divisão de classes e divisão técnica do trabalho. Ao analisar as reformas pelas quais passaram o ensino médio no Brasil, a autora constata que essa divisão tem acompanhado a história da formação em nosso país. Contudo, considera que temos avançado, pois, já se discute a possibilidade de superação da dualidade estrutural. A autora, em concordância com a proposta de educação profissional no Paraná, também considera que a formação profissional incorporado a educação básica contribui para um melhor preparo do trabalhador.

Sendo assim, essa formação geral deve acontecer na educação básica, ao longo do ensino fundamental e médio. No ensino fundamental os conteúdos das disciplinas devem ser trabalhados de maneira que permita aos alunos romperem com a alienação da classe burguesa para que na fase posterior, o ensino médio, o aluno possa pensar com autonomia sobre a sociedade, seus problemas e necessidades e qual a melhor forma de superá-los, assim como, prepará-lo para a continuidade dos estudos ou para o ingresso no mercado de trabalho.

Nessa concepção de educação não pode haver dois modelos de escola; uma para formar o trabalhador, que desenvolverá atividades físicas e outra para formar o dirigente, ligado as questões intelectuais. O documento ao usar como referencial teórico autores como Saviani e Gramsci se apóia na defesa que não é possível separar trabalho físico de trabalho manual. Ao eliminar as intenções de ensino baseadas na dicotomia teoria-prática, a educação profissional no Paraná fundamenta-se em pressupostos educacionais para uma formação completa do trabalhador.

Conforme visto anteriormente em Manacorda (1991), a educação que forma o homem onilateral, aquele que por ter desenvolvido tanto capacidades físicas como mentais não se prende a uma única atividade e torna-se capaz de desenvolver qualquer tipo de trabalho. Esse desenvolvimento completo do trabalhador só será possível quando o papel da educação for o de instrumentalizá-lo para atuar de forma

efetiva na sociedade, à medida que aborda o trabalho como criação humana no decorrer da história. Para tanto,

A proposta político pedagógica terá como finalidade o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura. [...]. Desta forma, permitirá ao aluno dos cursos de formação profissional em nível médio, compreender os processos de trabalho e em suas dimensões científica, tecnológica e social, como parte das relações sociais. (PARANÁ, 2005, p. 17-18)

O interesse pela elaboração e execução de uma proposta de educação profissional, segundo o documento, deriva das mudanças ocorridas nos processos de produção da sociedade capitalista que, devido ao avanço tecnológico e a introdução de equipamento com mecanismos mais complexos nos setores de produção, demanda um novo tipo de trabalhador diferente do especialista encontrado nas formas de produção taylorista/fordista, na qual cada um executava determinada tarefa. O trabalhador desse período não precisava de um vasto conhecimento teórico, já que sua atividade na fábrica baseava-se na memorização e repetição de algumas tarefas que eram ensinadas por instrutores das fábricas ou em cursos de formação profissional que priorizava o saber prático, dando ênfase aos estágios.

As transformações no mundo do trabalho implicaram em novo modo de produção, denominado flexível por substituir as máquinas pesadas por equipamentos da base da microeletrônica e que precisariam ser operados por trabalhadores com vasto conhecimento teórico, capazes de interferir de maneira prática se ocorresse algum problema nos equipamentos no horário de trabalho. E que também, conheçam a linguagem ou código dessa nova tecnologia e saibam comunicar-se com os outros trabalhadores. Em suma, um trabalhador que pensa e saiba reunir conhecimento teórico e prático no desenvolvimento de suas funções.

Danièle Linhart (2000, p. 17), em entrevista concedida a Lucília Machado para a revista Trabalho & Educação, ao falar das mudanças relacionadas à organização do trabalho ressalta que nesse novo modelo de produção, “[...] a flexibilidade, a reatividade previstas pelas empresas deve repousar sobre as capacidades individuais, pessoais dos assalariados”. Na visão da autora a organização do trabalho com base na flexibilidade do trabalhador vai além das necessidades impostas pela modernização dos setores produtivos. Implica também em desarmar os trabalhadores, tirar deles a concepção de classe que pode unir-se na busca de

melhores salários e condições de trabalho. Linhart ainda observa as atribuições feitas a esse trabalhador flexível, ser responsável pelo trabalho que desempenha garantir a qualidade dos produtos, assim como, o modo de tratar cada um individualmente, destacando questões subjetivas, competências e capacidades é uma forma de levar o trabalhador a buscar os interesses da empresa.

Portanto, a questão da formação do trabalhador com base no modelo da flexibilidade se por um lado beneficia o trabalhador, ao exigir uma formação geral, por outro, coloca o refém de si mesmo e das várias exigências postas a ele dentro da empresa. Não está sob as ordens de um encarregado, mas se o resultado final do trabalho não for satisfatório na empresa é porque ele falhou na sua tarefa.

Não podemos negar que quando a sociedade capitalista cria a necessidade de formação de um novo trabalhador, devido à incorporação de novas tecnologias aos modos de produção, promove um avanço significativo no que se refere à educação da classe trabalhadora ainda que, por causa desse avanço a exploração ganhe maiores proporções.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho modificam todo o contexto social, novos equipamentos, novas formas de produzir, de lazer e cultura, exigem que o trabalhador, para não ficar à margem, que tenha um elevado nível de conhecimento relacionado ao desenvolvimento das diversas áreas, tais como: história, cultura, ciência e tecnologia, não só para entrar no mercado de trabalho, mas especialmente atuar conscientemente na sociedade.

Entendemos que é por via da educação escolar que o trabalhador terá acesso aos conhecimentos produzidos ao longo do tempo e que foram organizados socialmente, de forma que todos pudessem entender; por meio da cultura, como são formados os costumes e valores de uma sociedade e também a sua função social em cada contexto. Com a aquisição do conhecimento científico e tecnológico o trabalhador poderá exercer qualquer função dentro do seu ambiente de trabalho, posto que, domina tanto o conhecimento prático quanto o teórico sobre as atividades produtivas e os equipamentos em vigor.

Desse modo, podemos dizer que a intenção de unir formação geral e formação para o trabalho é a forma mais eficaz de resgatar a humanidade do trabalhador quando lhe é devolvida a condição de sujeito da história e, é só na condição de sujeito, que ele irá entender que a história é criação humana, portanto

não pode condená-lo a viver como se a negação de seus direitos tivesse ocorrido de forma natural.

De acordo com o documento analisado (PARANA, 2005, p. 33), a educação profissional ligada à educação básica e que tem como base o trabalho deve abranger: “[...] em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento sócio-histórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura”.

Do mesmo modo, na concepção marxista de educação para o trabalhador, segundo as análises de Manacorda (1991, p. 125), encontramos o seguinte esclarecimento em relação ao trabalho nessa perspectiva:

Trata-se de um trabalho produtivo, prática do manejo dos instrumentos essenciais de todos os ofícios, associados à teoria como estudo dos princípios fundamentais das ciências. Um trabalho que exclui toda oposição entre cultura e profissão, não tanto na medida em que fornece as bases para uma multiplicidade de escolhas profissionais, mais na medida em que é atividade operativa social, que se fundamenta nos aspectos mais modernos, revolucionários, integrais do saber.

Acreditamos que a educação profissional pensada dessa forma confere ao trabalhador o poder de escolha, uma vez que a ampla formação lhe permite tanto ingressar no mercado de trabalho quanto dar continuidade aos estudos. Contudo, o poder de escolher uma profissão não será mais importante do que a condição de se posicionar historicamente no mundo.

Porém, não havemos de esquecer que o sistema de produção capitalista é feito de contradições e, ao mesmo tempo em que contribui para uma melhor formação do trabalhador, reduz as chances de uma grande parcela destes ingressarem no mercado de trabalho por causa da intensificação da exploração, o trabalhador flexível pode realizar o trabalho de vários trabalhadores.

Por outro lado, quando há o interesse por parte da sociedade em oferecer uma educação para a classe trabalhadora, organizada com base na teoria de formação humana, podemos acreditar que estamos caminhando na direção certa. E as nossas investigações podem trazer respostas satisfatórias.

Com a finalidade de encontrarmos respostas para as questões que deram origem a este trabalho, indagações sobre o papel da escola pública seu desempenho e função em nossa sociedade, julgamos interessante buscar tais respostas nos documentos que direcionam a prática educativa em nossa realidade. Para tanto, analisaremos as Diretrizes Curriculares da Educação Básica no Paraná.

Nas análises realizadas nas obras de Acácia Zeneida Kuenzer (1998b) e João do Reis Silva Junior (2002), foi possível verificar que essa modalidade de ensino, de modo geral, tem se revelado insuficiente até mesmo para atender as necessidades do mercado de trabalho.

Conforme vimos em Kuenzer (1998b), nas últimas décadas essa crítica a educação básica também passou a fazer parte do discurso neoliberal que, em decorrência das transformações nos setores produtivos, começam a demandar um novo princípio pedagógico que dê conta de formar o trabalhador flexível para atender as novas exigências do mercado de trabalho.

Mas, mesmo com as novas diretrizes para a educação básica, não houve melhoras para quem precisa do emprego, uma vez que o problema não é a falta de qualificação do trabalhador, mas a falta de empregos. O que podemos constatar é que os responsáveis pela construção desse novo princípio educativo não tiveram como motivação as necessidades da classe trabalhadora, nem estavam preocupados com a construção de uma sociedade melhor.

O que fica confirmado no trabalho de Elisane Fank (2007, p. 51) é justamente o contrário, em seu relatório de pesquisas sobre as políticas públicas para o Ensino Médio no Estado do Paraná, a autora averiguou que com a reforma, o direcionamento dado ao ensino médio, ancorado no discurso de superação da dualidade estrutural e de formação para a vida, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), serviu para evidenciar “a própria contradição do capital”.

À medida que a flexibilização e desregulamentação do mercado (pela refração do papel do Estado, bem como pela conseqüente livre concorrência entre as empresas), correspondem ao redimensionamento da política econômica, é preciso que o indivíduo, em particular, se muna de um diferencial competitivo que lhe possibilite assegurar um precário espaço ou mesmo impetrar no duro mercado de trabalho. (FANK, 2007, p. 52).

Entretanto, queremos destacar que se as diretrizes para o ensino médio nessa perspectiva, por um lado, traz à tona as contradições da sociedade capitalista ao colocar o indivíduo como único responsável pelo desenvolvimento das habilidades e competências necessárias à sua atuação na sociedade, por outro, apesar do discurso ideológico de formação para a cidadania, trabalha para camuflar estas mesmas contradições, pois não tem como interesse formar cidadãos críticos



capazes de entender as contradições dessa sociedade, muito menos, que contestem as leis do capital na tentativa de superá-las.

Foi em contraposição a este direcionamento dado ao ensino médio que os profissionais da área da educação no Estado do Paraná elaboraram novas diretrizes para a Educação Básica, repensando o papel e a relevância dessa formação para a vida do trabalhador. As Diretrizes Curriculares da Educação Básica no Paraná foram fundamentadas nas teorias críticas da educação e tem como expectativa, formar cidadãos capazes de entender de maneira crítica;

[...] as contradições sociais, políticas e econômicas presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica, a reflexão filosófica, a criação artística, nos contextos que elas se constituem. (PARANÁ, 2008, p. 14).

Deste modo, entende que a educação escolar pode contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao trazer como fundamentação teórica as teorias críticas da educação, o documento concebe o homem como um sujeito ativo na sociedade que influencia e sofre influência das situações ao seu redor. Assim sendo, o tipo de educação escolar a qual esse sujeito terá acesso torna-se parte integrante de sua atuação na sociedade. E a função da escola é permitir que todos tenham acesso aos conhecimentos construídos e acumulados socialmente. Estes saberes devem ser organizados e ensinados com a intenção de proporcionar condições que levem o aluno a desenvolver capacidades que contribuam para a transformação da sociedade.

Conforme exposto no documento para que a escola possa ofertar uma formação crítica, primeiro deve-se pensar na organização das atividades que levarão ao resultado proposto. O currículo é aqui entendido como um documento no qual se orienta e organiza as atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar e que nele “[...] está impresso o resultado de embates políticos que produzem um projeto pedagógico vinculado a um projeto social” (PARANÁ, 2008, p. 16).

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica no Paraná adotou essa concepção de currículo depois de ter sido discutido pelos profissionais da educação do Estado. Esta construção se deu com base nas teorias críticas e a partir de metodologias diferenciadas de ensino, que entendem que todas as áreas do conhecimento têm a sua importância para a formação do indivíduo.

Ao ter em vista a transformação da sociedade, através de uma educação que prepare o homem tanto para interferir na realidade social, na política e na econômica, quanto no conhecimento dos equipamentos utilizados nas atividades produtivas. Para tanto, o currículo precisou ser elaborado, pensando o conhecimento a partir de três dimensões; artística, filosófica e científica.

Entende-se que os conteúdos escolares quando trabalhados nas dimensões filosófica, científica e artística, “[...] possibilitam um trabalho pedagógico que aponte na direção da totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano” (PARANÁ, 2008, p. 21). Nessa proposta de educação o trabalho com os conteúdos o ensino das disciplinas acontecem de forma contextualizada, por serem entendidos como frutos do processo histórico, portanto, indispensáveis para a formação do cidadão que participa ativamente das transformações sociais.

A participação dos professores foi fundamental para a construção dessa proposta de formação que busca trabalhar os conteúdos de maneira que estes se tornem significativos para os alunos, essa significação acontece por meio da problematização. Problematizar é dar significado aos conteúdos trabalhados nas disciplinas, trabalhar os conhecimentos históricos de modo que contribua para o entendimento das práticas sociais e para formar;

[...] sujeitos históricos – alunos e professores – que ao se apropriarem do conhecimento, compreendem que as estruturas sociais são históricas, contraditórias e abertas. É na abordagem dos conteúdos e na escolha dos métodos de ensino advindo das disciplinas curriculares que as inconsistências e as contradições presentes na estruturas sociais são compreendidas. [...] assim podem fazer escolhas e agir em favor de mudanças nas estruturas sociais. (PARANÁ, 2008, p. 30).

A partir do direcionamento dado ao ensino neste documento, entendemos que a proposta de formação para a Educação Básica paranaense foi organizada tendo em vista também a capacitação da classe trabalhadora, uma vez que este é o seu público alvo, através de uma formação que leve os alunos a superarem as dificuldades inerentes de sua condição social e econômica. Uma formação que permite ao trabalhador a aquisição dos conhecimentos historicamente acumulados, desenvolverem seu senso crítico e a sensibilidade dos sentidos, o capacita a desenvolver qualquer tipo de atividade produtiva e a não ser superado pelas transformações que ocorrem nos setores de produção.

A educação escolar nessa perspectiva vem romper com a alienação ao trabalho, já que este passa a ser entendido como atividade humana e transformadora da realidade. A partir desse entendimento, a classe trabalhadora estará apta a enfrentar e superar as contradições sociais.

De tal modo, consideramos que a defesa de uma pedagogia que vise à emancipação humana, seja tarefa indispensável para a construção de uma sociedade que pretende ao menos amenizar os problemas provocados pela exploração e desvalorização do ser humano frente ao modo de produção capitalista. A educação que pode libertar o trabalhador só pode ser aquela que tem como objetivo fornecer-lhe as ferramentas necessárias ao desenvolvimento pleno do ser humano.

Em Bauman (2000) o homem livre é aquele que age com conhecimento. O autor acredita que o questionamento da realidade é uma atitude que só pode ser tomada depois que compreendemos os movimentos históricos sob um olhar crítico. A partir desse entendimento o autor confirma que:

Uma percepção do que fazem as coisas serem o que são pode nos dispor a jogar a toalha ou nos instigar a ação. Saber como funcionam os complexos mecanismos sociais não imediatamente visíveis que moldam a nossa condição corta claramente nas duas direções. (BAUMAN, 2000, p. 10)

Assim confirma que a ação consciente é resultado de um conhecimento aprofundado da situação ou do objeto sobre o qual se dará a intervenção. Portanto, concordamos com a idéia de que não haverá participação crítica do indivíduo na sociedade antes que este tenha adquirido os conhecimentos necessários para entender as relações sociais, tanto no contexto atual, quanto as que, no passado, contribuíram para a formação da sociedade contemporânea. Dessa forma, entendemos que a escola cuja expectativa é formar o trabalhador para atuar de forma consciente na sociedade, deve permitir que ele perceba seu funcionamento sem ignorar que a sociedade capitalista possui muitas contradições que resultam na falta de empregos e na precariedade dos bens e serviços destinados à classe trabalhadora.

Igualmente, o trabalho com a possibilidade de superação das contradições sociais, e a formação dos alunos para enfrentar com conhecimento os problemas existentes na sociedade, só é possível quando estes forem apresentados como construção histórica e não como um desenvolvimento natural no qual não podemos

interferir. A emancipação do trabalhador depende também de uma formação profissional de qualidade que possibilite à classe trabalhadora oportunidades de escolha.

Entendemos que no processo de formação para o desenvolvimento humano deve ser dada atenção especial ao trabalho com os conteúdos, uma vez que o conhecimento pode ser usado tanto para oprimir quanto para libertar. Nesta concepção de educação, os conhecimentos devem ser abordados como ferramentas necessárias ao desenvolvimento humano, ferramentas que serão usadas para promover o crescimento pessoal e profissional de cada trabalhador e que acarretará em benefícios para toda a sociedade. Do mesmo modo, o trabalho deve ser entendido como atividade humana e imprescindível para a humanização e socialização do ser humano, visto que é no desenvolvimento do seu trabalho que o homem encontra a sua subsistência, interage com outras pessoas, desenvolve sua criatividade e tem participação social.

## Considerações finais

A questão inicial nesse trabalho de conclusão de curso era entender o papel da educação escolar em nossa sociedade, mais precisamente, entender a função que é atribuída à educação básica nas últimas décadas. Função esta que, consideramos, está muitas vezes tão carregada de discursos e ideologias que se apresenta duvidosa diante de nossos olhos. Foi essa função imprecisa dada à educação básica nas sociedades capitalistas que nos instigou a fazer as seguintes perguntas: Qual o papel da escola pública no contexto atual? Qual o papel da educação básica? A escola prepara para quê?

Adotando estes questionamentos como um ponto de partida para a realização da pesquisa, definimos como objetivo geral deste trabalho problematizar o papel da educação básica a partir de 1990, destacando a proposta de formação para a educação básica paranaense.

Questionar o papel da educação básica na atualidade foi uma oportunidade de conhecer os caminhos percorridos pela educação escolar nas últimas décadas. Também permitiu conhecer a organização social na qual a escola está inserida, quem são seus sujeitos. O entendimento ao iniciar esta pesquisa era de que a escola pública não estava possibilitando formar o cidadão trabalhador.

Ao procurarmos entender a prática educativa dentro do contexto histórico atual retomamos as relações sociais e produtivas como processos decorrentes do desenvolvimento da História. Por isso, entendemos que a formação do trabalhador, nas sociedades capitalistas tem sido adotada como um mecanismo que favorece a legitimação da exploração, o que nos leva a ressaltar a imprescindibilidade de que essa formação deva ser discutida não só entre os representantes do poder econômico, mas por representantes de todos os setores da sociedade, inclusive, os representantes da classe trabalhadora.

A proposta socialista de educação desenvolvida por Marx e Engels e analisadas na obra de Mario Alighiero Manacorda (1991) defende a formação para o desenvolvimento humano e conclui que para o ser humano desenvolver-se por completo, a educação escolar deve promover o aprendizado com base nos

conhecimentos criados historicamente. São esses conhecimentos que precisam compor o centro da discussão sobre a formação a que nos referimos anteriormente.

A partir da aquisição dos conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da História, da cultura e dos processos produtivos e científico é que o homem pode posicionar-se no mundo.

E desse modo, de acordo com Manacorda, (1991, p. 84):

O homem aparece agora universalmente disponível nas “necessidades” ou consumos, quer dizer, nas exigências humanas [...]. E aparece também disponível na produção, onde, não mais subsumido pelos aspectos determinados, está em condições de enfrentar como indivíduo as variações da tecnologia.

Nesse sentido acreditamos que este trabalho contribui para reflexões futuras sobre a formação na educação básica realizada pela escola pública. Os esclarecimentos aqui encontrados poderão ser utilizados como reflexão na elaboração de projetos educacionais, formação de professores, assim como, poderão contribuir para a criação de mais conhecimentos relacionados ao tema.

Fazemos essa argumentação porquanto tivemos a oportunidade de conhecer projetos educativos que buscam trabalhar apoiado nessa visão de educação, como é o caso da proposta de educação profissional do Estado do Paraná e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica no Paraná. Os dois documentos trazem a preocupação com a formação do trabalhador e a importância de uma formação que prepare tanto para as atividades produtivas, quanto para o exercício da cidadania.

A formação de qualidade para as classes populares deve ter como base o enfrentamento e a superação das contradições sociais próprias das sociedades capitalistas. O que determina a criação dessa possibilidade em nossa sociedade é o modo como a instituição escolar se apresenta como mecanismo de dominação e conformação a serviço do poder econômico, ou como instituição social promotora do desenvolvimento humano e, por conseguinte, da transformação social.

## REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARROYO, Miguel G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 13-41.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BRASIL. **Lei. 9394, de 20 de Dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm)>. Acesso em: 22 ago. 2009.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesa. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSSELA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.11-30.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e categorias. In: \_\_\_\_\_. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-58.
- FANK, Elisane. **As políticas públicas do estado do Paraná para o ensino médio (2003 – 2006)**: entre a conformação e a superação. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teóricos metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 55-75.
- \_\_\_\_\_. A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 105-125, ago. 1998b.
- \_\_\_\_\_. Dualidade estrutural: seguindo o fio da história. In: \_\_\_\_\_. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. v. 63 p. 8-28.
- LINHART, Danièle. Daniele Linhart: entrevista a Lucília Machado. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 7. p. 17-34, jul./dez. 2000.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A proposta socialista de unificação escolar. In: \_\_\_\_\_. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 88-130.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991. v. 5.

NEVES, Lucia Maria Vanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: \_\_\_\_\_. **A nova pedagogia da hegemonia** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-39.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 24-28.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: ensino religioso**. Paraná, 2008. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/diretrizes\\_2009/ensino\\_religioso.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/diretrizes_2009/ensino_religioso.pdf)>. Acesso em: 22 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos políticos e pedagógicos da educação profissional no Paraná**. Curitiba, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Estado moderno, cidadania e educação. In: \_\_\_\_\_. **Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 9-37.

VIANA, Fernando. **Manual didático de pesquisas**. 2. ed. São Paulo, Didática Paulista, 1997.